



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1215/13	DATA: 27/08/2013
INÍCIO: 10h56min	TÉRMINO: 13h41min	DURAÇÃO: 02h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h46min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Depoente.
EDSON ASEVEDO SOARES - Delegado.
EDISON DE SOUZA PARENTE - Delegado.
ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Delegado Assessor do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressão ininteligível.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas.

Nós vamos dar início à nossa audiência da CPI.

Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª reunião da CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 63ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de se fazer a leitura da mesma.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Severino.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, está considerada aprovada a ata da referente sessão.

A presente reunião se destina à audiência pública de deliberação dos requerimentos constantes na pauta e para a oitiva de convidados.

Eu gostaria de informar às Sras. e aos Srs. Deputados que, além as oitivas, nós teremos também alguns requerimentos e encaminhamentos a serem apreciados ainda nesta sessão.

Cadê o Secretário da Comissão, por favor? *(Pausa.)*

Bom, nós vamos iniciar, então.

Eu queria convidar para ter assento à nossa mesa, para prestar os seus esclarecimentos, a Sra. Zulmira Gonzaga Cardoso, que já está aqui presente. Queria convidar também o Delegado Edison Parente, que foi quem esteve à frente da investigação do caso do menor Leonardo, e também o Delegado Edson Soares. *(Pausa.)*

Bom, nós vamos iniciar a nossa oitiva.

Esse primeiro caso é o do menor Sérgio Leonardo, que desapareceu em 28/9/87. Esse menor, à época com 1 ano e 9 meses de idade, menos de 2 anos, desapareceu da chácara do seu avô no Município de Porto Nacional, no Estado de Tocantins, sem que, até a presente data, se tenha notícias seguras acerca das



razões que envolveram esse desaparecimento. Foram iniciados dois processos judiciais para apurar o possível sequestro do menor ou as causas, as razões do seu desaparecimento, tendo como investigados o Sr. Pedro Izar Neto, Lourival Vicente Ferreira e Marcos Roberto Molitor. Esse caso foi trazido a esta CPI pela Deputada Professora Dorinha, que é membro desta Comissão.

Informo às Sras. e Srs. Deputados que, no caso do Sr. Pedro Izar Neto, nós tivemos a oportunidade de ouvi-lo, porque ele se recusava a vir aqui — segundo ele, impedido por uma recomendação médica de não poder se deslocar de avião. Esta CPI, numa das suas idas a São Paulo, aproveitou para ouvi-lo, lá em São Paulo, o que foi feito por mim, pelo Deputado Luiz Couto, pela Deputada Flávia Moraes e pelo Deputado Severino Ninho. À época, estivemos em São Paulo e fizemos a oitiva do Sr. Pedro Izar, que está, evidentemente, à disposição de todos os membros desta CPI.

Então, nós convidamos para esta oitiva a Sra. Zulmira Gonzaga Cardoso e os dois delegados que, em momentos diferentes, conduziram os inquéritos sobre o caso, à época.

O nosso objetivo aqui é, exatamente, buscar o máximo de informações no sentido de que esta CPI possa ter uma ideia das circunstâncias e, efetivamente, do que levou ao desaparecimento desse menor, já que até hoje não há conclusões satisfatórias, vamos dizer assim, sobre essa situação do seu desaparecimento.

Portanto, nós vamos passar a palavra aos nossos convidados, à Sra. Zulmira, inicialmente, e depois aos dois delegados, para as suas considerações.

Eu apenas fiz essa introdução para circunstanciar às Sras. e aos Srs. Deputados que estão aqui na CPI, à imprensa que está aqui, aos assessores, sobre as circunstâncias desse caso, ressaltando os objetivos desta CPI no convite a V.Sas. aqui para essa oitiva.

Nós vamos facultar a palavra, no prazo máximo de 20 minutos, como reza o Regimento da Casa, evidentemente podendo ser ampliado, se houver necessidade. Os nossos convidados, durante as suas declarações, não poderão ser interrompidos. Em seguida, as Sras. e os Srs. Deputados terão a prerrogativa de fazer as perguntas e considerações a cada um deles que considerarem pertinentes.



Eu, então, faculto à Sra. Zulmira, para as suas considerações, no prazo regimental.

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Então, bom dia a todos. Bom dia, Dr. Edison Parente, Dr. Edson Asevedo. E eu vou colocar uma questão, começar com uma frase, que, quando eu cheguei — viajamos juntos, porém não conversamos —, o Dr. Edson falou assim: *“Como está?”*. Diante da Justiça, não temos mais jeito, porque nós sabemos que o nosso, o meu inquerito está arquivado. Mas eu digo uma coisa a todos que aqui estão: aquilo que parecia impossível, aquilo que parecia sem saída, aquilo que parecia a minha morte, Deus mudou a minha sorte. Por isso eu estou aqui, porque eu acredito no milagre, e esse milagre Deus vai me dar.

É o que eu quero dizer aqui, Sr. Presidente. Acho que o senhor já fez a introdução da história do meu filho. Eu vou começar do início: o Sr. Pedro Izar tinha fazenda em Porto Nacional. No ano de 1982 ele chegou a Porto Nacional. Meu cunhado foi gerente dessa fazenda, o meu esposo trabalhou com ele 3 meses, e depois ele trouxe um caseiro, por nome Vladimir, e Vanda, para essa fazenda, mas o sobrinho do meu esposo continuou prestando trabalho para esse pessoal. O nome é Jorge Luís Mateus; inclusive há um requerimento, e ele vai estar aqui prestando depoimento. E o seu gerente, Marcos Molitor, eu vi algumas vezes, e, nas vezes em que eu vi, ele viu o meu filho e disse — fez elogios — que o meu filho era muito bonito, que parecia um touro. Por trás daquele elogio eu não sabia que tinha segundas intenções.

No dia 27 o meu filho desapa... Ele foi para a casa dos avós à noite. Minha mãe, havia 28 dias, tinha mudado para essa chácara; era próxima à cidade, assim, 1 quilômetro, e de lá, para voltar no outro dia, no horário das aulas, dos meus irmãos, que moravam na chácara, 1 hora. Eu não sei se é coincidência. Eu trabalhava na época como professora de educação infantil. Fui professora do seu filho, não é, Dr. Edison? Alfabetizei. Eu passei na casa do meu cunhado, Joaquinzinho, antes de chegar à escola, por volta das 7 horas. E lá Jorge estava deitado no sofá. Eu estava com meu esposo. E aí, estava só Jorge e a mãe dele, e minha cunhada perguntou: *“E aí, Preta, tudo bom?”* *“Tudo bem”*. Aí eu falei: *“Hoje eu estou soltei...”* Aí ela perguntou: *“Cadê as crianças?”* Eu falei assim: *“Hoje eu estou solteira. Os meninos*



foram dormir na chácara da minha mãe.” E ela falou assim: “*Até Leonardo?*” Eu falei assim: “*Até Leonardo*”, porque Leonardo foi a primeira vez que dormiu fora de casa. E eu falei: “*Mas eles voltam por volta de meio-dia*”. Só que meu filho não voltou por volta de meio-dia.

Por volta mais ou menos das 8 horas da manhã minha mãe levantou, começou a fazer uns bolinhos de chuva, porque na chácara tinha 11 crianças com Leonardo; tinha os meus irmãos, e tinha os meus dois filhos, porque Leonardo na época era o terceiro filho. Minha mãe abriu a cancela, porque na chácara é próximo — não tão próximo como Pedro Izar afirmou no depoimento, eu vou estar falando — do rio, mas tiraram umas... Para tirar a terra, para fazer o aterro, ficaram umas leiras. E as crianças vieram. A cancela é logo assim; eles vieram brincar na porta, e minha mãe estava fazendo bolinho, quando chegou um rapaz da SUCAM. E o rapaz, minha mãe abriu a cancela e foi atender.

Minha mãe chamou-os para tomar café, e Leonardo já não estava. Ela, inocentemente, começou a procurar por ali. E lá ele não estava. Por volta das 10 horas mais ou menos, ela veio me falar. Eu estava na escola. Como eu era conhecida como tia, era professora do filho de um sargento do Tiro de Guerra, e ele falou: “*Tia Zulmira, vá à delegacia, registre a ocorrência*”. Eu nunca imaginava que se tratava de tráfico, de rapto. Eu achava que o meu filho estava por ali. E ele disse: “*Vamos à delegacia*”. Nós chegamos, registramos a ocorrência no mesmo dia, não foi, Dr. Edson Azevedo? E fomos para... Dr. Edson, como era em Goiás, sempre com aquela queixa, não é? De que não tinha gasolina, não tinha como ir, e só apareceu no local depois de 1 semana. Depois de 1 semana. E o que é que eu fiz? Procurei naqueles arredores, e nada. Quando eu fui buscar... No Tiro de Guerra, eu vi o Sr. Pedro Izar uma vez. Também eu vejo que não seja coincidência, mas providência. E aí, como o meu esposo trabalhava com ele, ele falou: “*Preta, olhe lá o Dr. Pedro*”. Estava ali perto da TELEGOIÁS, no restaurante da Maria. E aí ele veio: “*Dr. Pedro, meu filho desapareceu*”. Ninguém contou detalhe para ele. Ele era uma pessoa... é uma pessoa alta, forte, levantou o chapéu e disse: “*Izael, vai ser difícil você encontrar o teu filho. Alguém pegou o teu filho*.” Ninguém disse nada para ele. Só que aí ele disse: “*Eu vou te ajudar. Fale com Marcos Molitor. O que você precisar a gente vai arrumar para você*.” Aí, a gente não tinha transporte, a gente tinha



apenas uma bicicleta; ele ofereceu a caminhonete, carroceria de madeira, e foi com os atiradores.

À noite, Marcos e Jorge estiveram comigo me ajudando, não Pedro Izar. E Marcos me abraçou, colocou... Eu não tinha intimidade com ele, mas ele colocou o braço no meu ombro e disse: *“Zulmira, o seu filho não está aqui, não. Não precisa você chorar, sofrer, pensando que ele está perdido na mata. Alguém pegou o seu filho e deve estar cuidando muito bem dele.”* Eu pensei que aquele momento era um conforto. Tudo bem. E aí eu fui buscar informações. Eu não tinha informação nenhuma. Minha mãe... Tinha 28 dias, eu fui à casa da minha mãe, que ela tinha alugado, e aí a inquilina falou: *“Apareceu uma caminhonete com três rapazes querendo saber do seu pai”*. Meu pai é agrimensor. Ela disse que tinham de falar, urgente, com meu pai. Ela veio e ensinou o caminho da chácara, e eles seguiram. Só que ela falou: *“A primeira entrada depois da ponte”*. Só que eles lembraram que eram duas entradas, uma de frente para a outra; uma ia para o povoado de Pinheirópolis e a outra ia para a minha chácara. E eles voltaram, e ela falou assim: *“Não, é do lado direito”*, mas essa caminhonete não apareceu. Até então eu só tinha essa caminhonete.

Mais ou menos em uns 20 dias, uma vizinha veio me dizer — essa vizinha já olhou os meus filhos, e ela trabalhava no Hotel Meridional — que houve uns estrangeiros no hotel, e que eles falaram que iam voltar; porém, estava com 15 dias, não retornaram, e ela veio falar. Eu fui ao Meridional Hotel, só que lá não tinha informações de registros de estrangeiros, de forma alguma. E aí o Sr. Pedro Izar, no seu depoimento, disse que eu o acusei muito tempo depois. Isso não é verdade. Eu tenho todos aqui, olhem, os jornais, dizendo que a única prova era uma caminhonete, carroceria de madeira, e as descrições eram do seu funcionário. Aliás, dos dois funcionários, Lourival, Marcos Molitor e Beto. E depois que... Mas aí, o que eles fizeram? Venderam a fazenda.

Coloquei no jornal; 9 meses depois, Lourival apareceu em Porto Nacional dizendo que quem tinha levado meu filho eram Pedro Izar, Marcos Molitor e Roberto, e que eles eram traficantes de crianças, e que no escritório de Pedro Izar existia um arquivo de fotografias de crianças que ele levava para o exterior, e que na fazenda dele, nela às vezes tinha criança que saía daqui, de outros Estados, e era cuidada



pelo Sr. Vladimir. De fato, o Sr. Pedro falou que não me conhecia. Isso é verdade. Mas ele omitiu, quando ele disse isso, que não tinha nenhum registro do Hotel Meridional, e esse fato eu levei para o Dr. Edson Azevedo: *“Dr. Edson, vamos ver essa questão do Hotel Meridional”*. Esse aqui é o documento, por minhas mãos.

Depois de 5 anos, em 1991... Essa informação, ela chegou em 1988. Ele imaginava que eu só tinha isso, mas eu tenho o documento aqui, do hotel, comprovando que ele tinha três apartamentos, como Lourival disse; que, depois de 2 dias que ele chegou à cidade — ele chegou no dia 21 —, depois de 2 dias chegou um casal de estrangeiros e uma intérprete, por nome Arlete. Ele foi dar depoimento para o Dr. Edson Azevedo. Eu fiquei muito angustiada, não sei por quê.

Eu vejo que, cada um, nós temos a nossa missão, nós temos as nossas atribuições, mas muitos fatos ali ficaram omissos. Ele dizia: *“Olhe, passou a caminhonete por debaixo da ponte, estacionou o carro próximo da chácara, a vizinha pegou a criança”*, mas esse fato não está relatado dessa forma. E aí, quando Lourival me deu o depoimento, ele queria que eu viajasse para São Paulo com ele, para que eu fosse ao escritório de Pedro Izar, e ele ia me dar a prova, eu pegava a prova e chamava a Polícia. Eu liguei para o delegado do DEIC, que nessa época eu já tinha conhecido em São Paulo. Ele falou: *“Não faça isso. Você não conhece. Você toma o depoimento.”* Aí levei ao Dr. Edson Azevedo, que tomou o depoimento, e viajei. Falei para ele que ia viajar com ele, e não viajei. Chegaram lá, existiam o escritório, os endereços, os telefones; porém, não existia o arquivo de foto.

Não sei por que Jorge, que é sobrinho do meu esposo, no momento em que ele ficou sabendo dessa história, ele ficou indignado. Ele ficou zangado com o pai, e chegou a dar tapa na cara do pai, dizendo que ia avisar Pedro Izar. Não sei se Pedro Izar foi avisado. E aí foi marcada uma acareação, só que essa acareação nunca aconteceu. Não aconteceu, e Pedro Izar foi... Quando cheguei a São Paulo, o caso foi para a Polícia Federal. A Polícia Federal esteve no escritório dele. Não sei se esteve em casa, como ele disse. E lá no escritório não encontraram essa prova, e marcaram uma acareação. Só que Pedro Izar... Não, Lourival desapareceu. Ficou 5 anos desaparecido. Consegui a foto dele em Goiás, porque ele é de Goiânia, e queria colocar nos jornais. Não consegui. Não é isso, Dr. Edson? E aí, quando Pedro Izar... Lourival apareceu, depois de 5 anos, ele... Não, antes da acareação, a Polícia



Federal ligou para o Dr. Edson Azevedo, e isso ele vai explicar, dizendo que precisava dessa acareação, e quando eu cheguei o Dr. Edson Azevedo disse que tinha dado o recado para Lourival, para ele comparecer a São Paulo para uma acareação, e nisso ele sumiu, 5 anos. Pedro Izar... Logo que houve a notícia, Jorge inventou que Beto tinha morrido, tinha sido morto num... Não é? Acidentado, de carro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Jorge, que é o sobrinho do meu esposo. Tinha sido... tinha falecido — porque Lourival disse que quem pegou o meu filho foi uma vizinha; essa vizinha entregou-o na mão de Beto, e Beto embarcou no avião de Pedro Izar, e Beto foi que levou meu filho para fora do Tocantins. Aí esta notícia correu: Beto morreu. Então, ele não foi citado no processo. Eu não sei nem o nome dele, se é Beto, se é Roberto, eu não sei; porém, eu descobri, quando Lourival foi preso, depois de 5 anos, que Beto está vivo. Falei para os nossos delegados: *“Ajudem-me! Vamos procurar saber se Beto está vivo.”* Ninguém sabia. O Sr. Pedro Izar disse que foi... Na época em que ele desapareceu, ele para Porto Nacional de ônibus, sendo que na fazenda dele tem pista de avião, e, segundo o relatório do Meridional Hotel, diz aqui que ele ligou no dia 22 — que foi quando chegou, talvez, alguém, foi quando ele locou o apartamento 204, e o 209 depois — para a TASA. A TASA é no aeroporto.

Se uma pessoa vai de ônibus, vai ligar para a rodoviária; mas ligou para o aeroporto, não é? Outra questão: ele não compareceu a nenhuma audiência. Ele disse que todas as vezes em que foi intimado ele compareceu, e não compareceu a nenhuma audiência. Eu estou com o processo, e para não folhear eu tirei a xérox do local certo. Nenhuma audiência. Por quê? Ou ele estava doente, ou o advogado dele estava doente, ou os endereços deles estavam errados, tanto Beto quanto Marcos. Não se encontrou. É tanto... Não é? Quando... E aí, ficou sem nenhuma audiência.

Quando foi em 1996, eu participei da novela *Explode Coração*, e nessa novela *Explode Coração* meu apelo foi ao ar, no dia 1º de maio, e ligaram duas vezes para o doutor... Aí já não era mais o Dr. Edson Azevedo, era o Dr. Edison Parente. Duas vezes ligaram dizendo que meu filho estava na Fazenda Sete Estrelas, no quilômetro 90, entre Londrina e Ivaiporã. Só que nessa época eu tinha



tido o apoio da Polícia Federal, tanto de Brasília como de Curitiba. O Dr. Moriel, que era de Curitiba, eu falei com ele só por telefone, e ele não encontrou essa fazenda. Existe o quilômetro, existe... O quilômetro 90 é entre Ivaiporã e Londrina, mas não tem essa Fazenda Sete Estrelas. Depois ligaram de novo, que meu filho tinha sido deixado numa creche. Passaram o número para o Dr. Edison, ele me mandou esse número, dizendo meu filho estava na creche Menino Jesus, e eu liguei para essa creche dentro do gabinete do promotor, o Dr. Demóstenes, só que esse telefone... A Polícia falava: *“Zulmira, você não viaje”*, porque os dois telefonemas era para eu viajar. *“Você vem, que seu filho está aqui. Vem, que você vai encontrar seu filho.”* Porém, Pedro Izar tinha uma audiência em Porto Nacional marcada para o dia 20 de maio de 1996, e a Polícia tinha localizado Marcos, e tinha localizado Pedro Izar, e tinham falado para o promotor que eu estava no gabinete dele. Inclusive ele perguntou: *“Você quer falar com Marcos?”* Eu disse: *“Não. Eu quero olhar nos olhos de Pedro Izar, quero olhar nos olhos de Marcos, porque eles vão me dizer onde está meu filho.”* E essa audiência era no dia 20 de maio. E ele falou: *“Dr. Demóstenes, às 14:05, se Pedro e Marcos não comparecerem, você liga e me avisa.”* Nesse período, no Dia das Mães, apareceu uma criança, eu naquela vontade de encontrar o meu filho; era Dia das Mães, apareceu uma criança de 11 na televisão, no *Faustão*, porque ele tinha visto o meu apelo; de fato, ele tinha algumas características como os meus filhos, e disse que tinha sido raptado.

E eu viajei para São Paulo. Essa criança estava no SOS São Paulo. Eu não estava, no dia 20 de maio, naquela audiência, e também eles não compareceram. Mas Pedro Izar esteve em Porto Nacional — eu tenho aqui, no inquérito — no dia 13 de maio, constituindo um advogado, o Dr. Moretti, que também foi convidado para estar aqui. E quando eu cheguei, 1 mês depois, eu fui ao gabinete do Dr. Demóstenes, e perguntei para o Dr. Demóstenes por que ele não tinha ligado para o Dr. Moriel, em Curitiba, se a gente estava tendo apoio; ele olhou para mim e disse: *“Minha filha, você tem certeza que esse menino é seu filho?”* (Soluções.) Eu falei: *“Eu não tenho, porque eu estou aguardando o DNA”*. *“Esquece essas pessoas. Você está correndo o risco de morte. Não só você, mas os seus filhos.”* Eu descí daquele gabinete indignada, porque, pelo que eu sei, o promotor estuda para fazer justiça,



não para fazer a gente calar a boca. E na hora que eu desci, eu fui até o cartório de Porto...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Hoje ele é procurador em Palmas; não sei o que é que ele é bem, mas ele é de Palmas. Hoje ele está em Palmas. Aí desci para falar com o juiz. Ele falou só para mim assim: *“Zulmira, talvez, você não entendeu direito”*. Eu falei: *“Entendi”*. Desci ao cartório para ver quando ia marcar, porque o meu advogado é Deus. Eu não tenho dinheiro, não tive dinheiro para pagar advogado. *(Soluços.) (Pausa.)* Encontrei o Dr. Moretti no fórum. Eu não estava calma. Eu sei, vocês me conhecem, mas às vezes... Eu já briguei, mas eu brigo porque quem tem filho sabe como que é; quando você enterra um filho, você sabe que cumpriu o ciclo da vida: nasceu, cresceu e morreu. E criança, e pessoa não evapora no ar. Aí eu encontrei o Dr. Moretti. Ele falou: *“Zulmira, esse filho não é o seu. Você está sofrendo à toa. Eu ganhei um apartamento em Santana, em espécie, e vou trancar o seu processo. Vou trancar o seu processo porque está tudo errado.”* Isso foi em 1996. *(Soluços.)* E aí eu fiquei sem norte. Procurei ajuda, vi que não tinha saída. Parei 17 anos — 17 anos! — de procurar meu filho. Mas ainda fui ao Dr. Edson. Eu tenho algumas coisas aqui para vocês. Para mim, só vocês vão poder explicar. Dr. Edson, quando... Dr. Edson Azevedo, quando o senhor deixou de colocar nesse depoimento o nome de uma pessoa que eu hoje eu sei quem é, essa pessoa, Arlete... Porque o senhor disse: *“Que Arlete? Não, não precisa. Que Arlete?”*

Hoje eu conheci no tráfico de pessoa; Arlete foi a mulher que mais traficou crianças no Brasil, na década de 80. Talvez, se esse fato estivesse aqui, fosse mais fácil. O depoimento de D. Joana está aqui, sobre os estrangeiros. *(Soluços.)* No meu processo, foi decretada duas vezes a prisão de Pedro Izar e de Marcos. Está aqui, olhe, a primeira vez em 1996. Não sei por que a Justiça não cumpriu esse mandado de prisão, Pedro Izar e Roberto Molitor. Dr. Edson, se o senhor tivesse ido lá ao aeroporto, a gente ia saber agora, como ele disse que não foi de ônibus... que ele foi de ônibus, e não de avião. Quantas vezes eu pedi, não é, Dr. Edson? Não lembra? Tudo bem, mas eu pedi. Hoje... No aeroporto eu não consegui nenhuma informação, mas no Meridional eu consegui. Coloquei a pessoa para escrever com suas mãos, e



pode alguém fazer o exame que está... Que é do gerente do hotel. No hotel, quando D. Joana... Não tinha nem 1 mês que meu filho tinha desaparecido, eu fui ao hotel sozinha para saber se tinha ou não estrangeiro no hotel. A Justiça, a Polícia Civil lá não compareceu, tanto que nós não temos nada aqui. *(Soluços.)* Já estou concluindo, doutor. Dr. Edison Parente, olhe, o senhor me escondeu a informação mais importante da minha vida, mais importante, porque eu era leiga. Eu estive com o senhor, pedindo, implorando. Beto apareceu, e houve uma outra notícia, está aqui: o senhor estava com o processo em mãos; quando o Dr. Moretti disse que tinha trancado o meu processo, eu imaginei que tinha trancado; e aí o senhor recebeu do promotor 14 diligências, o que era para se cumprir, entre acareações de Pedro Izar, Marcos Roberto, Vladimir, que é aquele casal, 14, aqui está, e nenhuma foi cumprida, eu não sei por quê.

Já era Tocantins, não era mais Goiás, porque Goiás era a precariedade de pessoas, de transportes, mas Tocantins? Já era Tocantins. E aí, Dr. Edison Parente, aqui também existe outro mandado de prisão, caso não cumprisse. Está aqui, e não fui cumprido. Depois, Dr. Edison, quando Lourival foi falar com o senhor, eu contei todas as falhas que tinham tido no primeiro processo, das omissões dos nomes, dos detalhes, que ele colocou os detalhes. Isso também o senhor colocou: *“Não ele ratificou tudo, tia Zulmira. Não precisa explicar mais.”* Mas por causa dessas... Talvez, se a gente tivesse detalhado melhor, a gente teria mais coisas em mãos. E aí eu pergunto: por que não foram cumpridas as diligências, Dr. Edison? Você é pai, eu fui professora dos seus filhos, mas mesmo assim o senhor não teve a consideração, não sei por quê, de me informar que o processo estava nas suas mãos, porque várias vezes o senhor voltava o processo, pedindo prazo.

Deixe eu colocar aqui. Várias vezes o senhor pedia, voltava o processo. E eu fiquei sabendo disso agora, depois que eu peguei... Várias vezes o senhor pedia dilação de prazos, e não foram cumpridas. E eu estive... O senhor estava com o processo em mãos, quando uma nova informação nós tivemos de um funcionário, falando que o Jorge, que é o sobrinho do meu esposo, tinha chegado à fazenda com o Sérgio Leonardo nos braços e que o passou para o Beto, e o Beto pegou o voo. Eu fui até o senhor, chorei, Dr. Edson. Falei: *“Dr. Edson, meu processo está trancado. Dr. Moretti recebeu disse que um apartamento. Eu estou sabendo que o*



Beto está vivo. Vamos... me ajuda, Dr. Edson.” E o senhor não me falou que o senhor estava com o processo em mãos para cumprir essas diligências. O senhor tomou o meu depoimento no silêncio, no silêncio. Aqui está o meu depoimento, no dia 12 de julho. E o senhor recebeu o processo para cumprir a diligência — 2 de fevereiro de 1997. E nada disso aqui foi cumprido. Nada disso aqui foi resumido.

Agora eu digo: alguma coisa que eu tenho é a fé em Deus. O senhor está certo. O meu processo perante os homens está trancado, mas perante Deus não. Eu encontrei nessa caminhada, Deputado Jordy, dois jovens: um na Itália, e o sobrenome dele é o mesmo do Lourival, Vicente Ferreira, e foi adotado por um casal de italianos chamado Carlo Sicone e Giovana Cevati. Eu gostaria que fosse investigado. Encontrei um jovem chamado Igal Gabay, em Israel. Ele me adicionou porque em Israel tem uns jovens que estão em busca da família biológica, o que também cabe ser investigado. Então eu digo, eu não vou falar do Dr. Moretti; já falei das questões, mas eu quero, assim, agradecer esta oportunidade desta bancada, eu quero agradecer a vocês por esta oportunidade, porque eu acredito que, isso sim, eu vou encontrar o meu filho, Deus vai me dar a resposta.

Agora, eu gostaria... Não sei se eu vou falar ainda, Sr. Presidente. Se não, eu tenho um documento para entregar para o senhor. Eu quero dizer para vocês que o Beto não morreu, Dr. Gustavo. Descobri esta semana. Mora em Assis, casado, com dois filhos. Estou entregando para vocês. O Moretti, o Marcos Molitor, no dia 28 de maio esteve aqui sentando, juntamente com uma advogada, que é sua sobrinha, que eu alfabetizei. Ela me mandou um *e-mail* — eu estou deixando as cópias —, dizendo que estava solidária à minha dor, mas estava aqui sentada, dia 28. Vocês não encontraram o local do Beto, do Marcos Molitor, mas aqui estão todos os telefones: o telefone da mãe dele, da casa dos tios. Moram todos em Assis. E o Beto, eu gostaria que fosse encontrado esse homem. Eu não sei se é Roberto. Esta semana eu fiquei sabendo que ele está vivo. E eu conversei com o Jorge, quando eu vi o depoimento do Pedro Izar. E lá o Jorge falou assim: *“Zulmira, ele nunca... Eu não disse para ele que ele estaria aqui. Mas o Pedro Izar nunca foi a Porto Nacional de ônibus, muito menos de carro, foi só de avião”*. E ele me falou: *“O Beto morreu sim, Zulmira”*. E não morreu, está vivo. E aqui não sei se vai ter a minha fala ainda. Vai ter, Presidente, no final? *(Pausa.)* Então, eu entrego para o senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Dona Zulmira, pelas suas colocações, seus esclarecimentos.

Eu vou passar a palavra agora para o Delegado Edson Asevedo Soares, para fazer as suas considerações e, logo em seguida, ao outro Delegado, Dr. Edison Parente.

O SR. EDSON ASEVEDO SOARES - Bom dia a todos os Srs. Deputados que estão comandando os trabalhos. Eu quero dizer que eu sou pai e posso imaginar a dor que essa mulher tem sofrido durante todos esses anos. Eu sou pai e posso imaginar isso.

Mas é o seguinte: eu fui delegado em Porto Nacional, então norte do Estado de Goiás, parece que no final de 94 a 98... 84 a 88. Naquela época... Não, 84... Parece que foi final de 84 a 88, final de 88. Quatro anos. Foram 4 anos exatos. Então, no norte do Estado de Goiás era uma carência total. Quem é de lá sabe, sabe disso. Para se ter uma ideia, eu era delegado lá quase o tempo todo sozinho. Eu não tinha agente, eu não tinha escrivão. Eu era delegado, eu era escrivão e era investigador, e às vezes perito também. Então, na maior parte do tempo, não tinha viatura, não tinha viatura.

Mesmo na época desse aí, eu consigo me lembrar... Eu sei muitos desses casos aí... Em razão do tempo decorrido, eu não consigo me lembrar, mesmo porque nesses últimos 10 meses eu fiz duas cirurgias no cérebro, uma para tirar um tumor de hipófise, e 24 dias atrás eu fiz uma para tirar um grande coágulo na cabeça. Até por recomendação do meu médico, eu não deveria estar aqui, porque ele prescreveu 60 dias de repouso, sendo 30 dias de repouso absoluto, só fazendo higiene pessoal. Mas eu fiz questão de atender à convocação, porque eu quero... Naquilo que for possível, eu estou pronto para ajudar nos esclarecimentos.

Como eu estava falando, quando aconteceu esse fato, eu estava sozinho na delegacia, eu não tinha escrivão. Vocês podem ver pelos depoimentos que eu tomei que está aí escrivão *ad hoc*. Isso aí é só para cumprir formalidade legal, porque me dava era até mais trabalho, porque eu tinha que fazer a portaria nomeando a escrivão *ad hoc*, só para ela assinar. Quem é delegado sabe disso. Eu não tinha escrivão, trabalhava sozinho, mas tinha que cumprir essa formalidade legal. Então me dava era mais trabalho.



Em Porto Nacional, na época, eu atendia uma média de 20 pessoas, aliás, uma média de 30 pessoas por dia. Diariamente, eu atendia sozinho, como escrivão, investigando, eu atendia sozinho. Então, era um sacrifício tremendo. Quer dizer, eu não estou falando isso aqui para justificar alguma falha minha, alguma que eu deixei de fazer. Não é para justificar. Eu quero é que vocês entendam o que era a precariedade naquela época. Atualmente, Porto Nacional, pelo que eu sei, conta com cinco delegados, e não dão conta do serviço lá. Então, é só para vocês terem uma ideia.

Então, quando surgiu esse fato, realmente foi registrado o boletim de ocorrência. Agora, eu não quero questionar aqui a D. Zulmira, mas eu acho que ela se equivocou ou então ela não ficou sabendo, mas eu estive lá na chácara logo em seguida. Só que, vejam bem, o local tinha sido totalmente violado, até por uma questão natural. Some uma criança, todas as pessoas se reúnem para procurar. Isso é natural. Então, vestígio lá não foi possível levantar. Inclusive, realmente, como ela falou, não tinha viatura. Eu fui lá na chácara no meu carro. As diligências que eu fiz foram no meu carro. Realmente, não tinha, não tinha telefone para fazer ligação. As ligações interurbanas eu pagava do meu bolso para fazer. Então, era uma precariedade total.

Agora, eu não me lembro, eu quero confessar para vocês que eu não me lembro de detalhes. Ela falou muitas coisas aí, e eu não me lembro disso aí. Realmente, eu sei que os fatos eu fui investigando, as pessoas que foram sendo citadas eu fui ouvindo. Pode estar na sequência aí. Eu admiro de ela ter falado... Citou o nome de uma pessoa, e eu não constei aí, até mesmo porque eu tenho o hábito de, quando termino de ouvir a pessoa, eu dou o depoimento, as declarações para que ela leia para ver se está de acordo, certo? Eu acho estranho isso aí, mas eu não quero questioná-la a respeito disso. Então, aquilo que estava... Eu garanto para os senhores: aquilo que estava ao meu alcance naquela época, eu fiz, mas era humanamente impossível, era humanamente impossível eu dedicar, eu atender a contento, fazer todas as diligências, porque não era só esse caso, eu tinha centenas de casos, eu tinha centenas de inquéritos para, sozinho, trabalhar. Eu saía da delegacia era noite, todo dia eu saía tarde da noite. Eu não gostava de deixar nenhuma pessoa sem atender, então, na maioria das vezes, eu saía da delegacia



tarde da noite. Eu tenho a minha consciência tranquila, porque aquilo que estava ao alcance, na época, eu fiz. Aquilo que estava ao meu alcance, que era humanamente possível fazer, eu fiz. Agora, lógico que eu não tenho poder de super-homem, e admito também que tenho as minhas licitações. Como profissional, como ser humano, eu reconheço que tenho as minhas limitações. Mas aquilo que estava ao alcance foi feito. Está nos autos. Eu fui ouvindo, fui buscando. Agora, infelizmente, não deu para fazer tudo que era possível fazer. Se eu tivesse condições — eu admito —, se eu tivesse condições, se eu tivesse uma estrutura, se eu tivesse investigadores, se eu tivesse meios, certamente eu teria feito muito mais. Isso, eu reconheço. Se eu tivesse condições, eu teria feito muito mais, mas, infelizmente, eu não tinha. O meu superior — não sei se foi a D. Zulmira que esteve em Goiânia e conversou com o meu superior — me ligou. Ele falou: *“Como é que está?”* Eu relatei para ele: *“As condições são essas. Eu estou sozinho na delegacia, eu não tenho escrivão, não tenho investigador, não tenho viatura, não tenho nada.”* Mesmo assim, ele não se dispôs a mandar uma equipe para me auxiliar. Então, eu realmente tenho a consciência tranquila de que aquilo que era possível fazer foi feito.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Delegado Edson.

Eu passo a palavra agora ao também Delegado Edison Parente, para fazer suas considerações.

O SR. EDISON DE SOUZA PARENTE - Autoridades presentes, boa tarde. Zulmira, minha conterrânea, mães que enfrentam uma situação difícil, eu também gostaria de tecer as minhas desculpas por aquelas situações que não foram realizadas em momento oportuno, justificando que realmente eu faço minhas as palavras do nosso colega Edson Asevedo, porque essas situações em que não foram possíveis serem realizadas as diligências foram por falta de condições de trabalho.

Queria ressaltar que, na época do fato, eu não trabalhava na cidade de Porto Nacional e, sim, na cidade de Gurupi, tendo retornado para aquela cidade de Porto Nacional, em 1990, no início da criação do Estado do Tocantins, na condição de adjunto, trabalhando em um dos distritos daquela cidade — na época, havia dois distritos —, subordinado ao delegado regional, que era o Dr. Rui Moreira. E fiz



algumas diligências justamente a mando dessa autoridade hierarquicamente superior. Em 1997, transcorridos 10 anos, após essas pessoas terem sido denunciadas, o Lourival ter sido preso, e terem sido soltos — o processo está com parecer inocentando esses indivíduos, Pedro Izar, o Lourival e o Roberto —, eu recebi a portaria para prosseguir nos feitos e, pelas mesmas situações do Dr. Edson, várias diligências não nos foi possível praticar. Era deficiência de viaturas, de policiais. Outra coisa, Porto Nacional é uma cidade regional. Se não me foge a memória, eram mais de 20 cidades da regional. Todo fato que acontecia numa situação de flagrante, nós tínhamos de nos deslocar. E, com certeza, a situação da Zulmira merecia todo apoio, merecia toda atenção. Todavia, cada procedimento e cada situação que chegava, para nós era mais um, e para ela, infelizmente, continuava a dela, e as situações de flagrante, muitas vezes a gente teria que agir naquelas situações de imediato. Com certeza, aconteceu várias vezes essa situação, que é uma situação normal do trabalho policial, de chegar-se ao prazo do esgotamento na DP e a gente pedir dilação de prazo, já com o pedido de devolução dos autos para prosseguir nos demais feitos.

Essa situação do transcorrer do prazo, com certeza, não me recordo exatamente, porque já trabalhei em outras cidades, mas foram alguns anos. Só que essa situação não se perdurou só na Delegacia de Polícia. Você remetia o inquérito para o Judiciário, que era, naquela época, era via juiz, você protocolizava no protocolo do Judiciário, ele abria vista para o Ministério Público, dali transcorriam vezes que você recebia um procedimento com 8 meses, 1 ano posterior, quando já estava. E, às vezes, já chegava com o período de você pedir outra dilação de prazo.

Infelizmente, essas situações ocorreram, não por omissão, não prevaricação, e sim por falta de condições materiais e humanas, porque era impossível. Situação que perdura até hoje, porque todos sabem que cada dia, até hoje, a situação das polícias civis, não é só no Tocantins, é em vários locais, é essa generalização de falta de condições, de falta de material humano, de material nas delegacias. Infelizmente é o que acontece até hoje.

Agora, eu queria dizer que tudo o que foi possível nós procedemos nas diligências. Se não foi a contento da vítima nessa situação, também não foi... não era a nossa intenção. E se nós erramos nessa situação, foi involuntariamente. Não



tinha por que nós termos uma pretensão e nem uma parcialidade numa situação, mesmo porque eu ressalto, mais uma vez, que essa aqui é uma situação específica da qual, além de eu ser Delegado, eu era conhecido da Zulmira, inclusive, é verdadeira essa situação, que ela era até educadora dos meus filhos. Hoje, também já sou até avô.

E todo esse trabalho... Eu tenho certeza que ocorreram, realmente, essas situações. Lamentamos profundamente não ter sido possível eu, ou os outros colegas que participaram nessa investigação, ter concluído satisfatoriamente essa situação, mas pode se ver nos autos que o Ministério Público, com o que tinha de provas carreadas para os autos, ofereceu denúncia contra esses indivíduos, que está aqui nos autos, que eu tenho a cópia, e foi decretada a prisão preventiva. O Lourival foi preso e, posteriormente, eles foram... O Lourival foi colocado em liberdade por ordem judicial.

Eu permaneci em Porto Nacional até 2000 e, posteriormente, tive conhecimento que esses autos foram... O prosseguimento, o juiz decretou a extinção da punibilidade em 2006.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Edson, pelas suas considerações. Nós vamos agora facultar a palavra aos nossos Deputados e Deputadas. E eu peço que os nossos convidados possam... Eu queria providenciar papel e caneta aqui para que eles possam anotar e, depois, terão a oportunidade de se manifestar.

Eu passo a palavra à Professora Dorinha, que é a autora do requerimento, para fazer as suas considerações.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos. Eu quero, na verdade, primeiro me manifestar pelo... Eu sei que foi uma situação de contexto, mas da constante ausência de Pedro Izar. Ele nunca foi ouvido, ele sempre foge. Embora a gente tenha elementos que ele continua com o escritório dele no Paraná, viajando, mas para vir aqui ele não podia vir. Lendo o depoimento dele, que eu não tive condição de acompanhar, em São Paulo, existem muitas contradições, que o próprio processo mostra, diferente do que ele afirmou.

Quero, na verdade, começar pela Zulmira, que depois ela possa esclarecer. Ela falou rapidamente da Arlete, mas acho que, pelo nervosismo, ela não conseguiu



mostrar quem é a Arlete, como é que ela se envolve com uma das grandes traficantes, o que tem a ver; o caso da outra criança do Tocantins que foi também, que sumiu, e que foi achada depois na Argentina e que tem a ver com a situação da própria Arlete; também nas diversas vezes que houve negligência, que fica claro o não cumprimento.

Eu quero agradecer também a posição dos dois delegados, os dois “Edsons”, mas quero dizer que, na minha opinião, a gente não tem, embora a gente... Eu sou do Tocantins, de Goiás, cheguei ao Tocantins em 90, mas embora conheça as dificuldades, elas não podem justificar a omissão. Então, quando há 14 ou 13 diligências e nenhuma é cumprida, no mínimo, é estranho.

Eu queria fazer uma pergunta para o Dr. Edson Asevedo, primeiro Delegado do caso. Por que que o senhor foi afastado abruptamente? É o que a gente tem de informação do caso, estava conduzindo e foi afastado, foi substituído. Há algum elemento? Por que a sua ausência, em relação ao próprio caso? Pergunto sobre a questão do próprio Molitor. Por que que ele não foi intimado a depor, sendo que depois, inclusive, o Ministério Público pede, porque existem inúmeros indícios em relação à participação do Molitor e do Pedro Izar. E por que ele não foi? E aqui eu tenho no documento que me informaram, há 11 providências adotadas pelos investigados para eles não, nunca cumprirem, nunca participarem, nunca estarem presentes para serem ouvidos.

Eu queria um maior detalhe sobre a questão do Lourival, porque, pelas informações que eu tenho, ele fugiu, depois ele foi preso, interessantemente, só o mais pobre, o mais simples da cadeia foi preso. E no depoimento ele deu elementos importantes. E se o senhor não acha estranho ele ter sido... que era representado por advogado dativo, de repente, o mesmo advogado que representava os dois principais acusados, passa a representar o Lourival.

Em relação ao Dr. Edison Parente, eu queria perguntar sobre essa questão do Molitor. Por quais razões o senhor não pediu a prisão preventiva dele? Porque todos os elementos e todas as vezes que fugiu... E ele hoje não está aqui, foi intimado, sabe que deveria estar... Interessante porque eu também acho que a Zulmira, pelo nervosismo, não mencionou, o dia em que ele estava presente era o dia em que estava marcada, em princípio, a primeira audiência pública. Ele estava



aqui, quando as pessoas tentaram abordá-lo, ele fugiu rapidamente, mas ele estava assistindo aqui a audiência, que supostamente a gente ia ouvir este caso.

Existem muitos elementos nos dados, no inquérito, no processo, em relação ao Molitor, em relação ao Pedro Izar. E, reforço, não é um caso simples de roubo de galinha, é uma criança. Então, 13 diligências, nenhuma conseguir cumprir por falta de estrutura? Eu fico incomodada, e gostaria de saber qual a situação. Não era uma coisa simples ou de uma pessoa que deu um chique e, de repente, acha que o filho sumiu e que vai aparecer depois. O caso é grave. E nenhuma diligência foi cumprida.

Depois, esse próprio Molitor foi preso numa outra situação, numa fazenda de Ourinhos, do próprio Pedro Izar. Então, eu queria ouvir um pouco as impressões dos dois delegados. Se todo mundo que estivesse numa situação grave dessa natureza, no Tocantins, ou quantas não aconteceram, pela falta de estrutura, não foram sequer investigadas?

Muita coisa aparece hoje porque a mãe não desistiu — não desistiu. Embora tenha seguido a sua vida, ela continuou mexendo, continuou buscando informação. A cada dado novo, ela procurava a Polícia Federal, ela procurava o Estado, dando elementos, que parecem que eram ignorados, porque a gente não percebe nenhum trato das informações levadas.

E, volto a colocar, a gente acompanha, sabe das dificuldades, mas, na minha opinião, elas não podem servir de argumento.

Lendo com calma todo o processo, eu, que não sou advogada, não sou da Justiça, encontro elementos de sobra para incriminar Pedro Izar, o Molitor e esse Beto a que é feita referência.

Então, fica muito estranho um processo que se arrasta por tantos anos, com tantos elementos que sequer a gente tem um trato, e o processo é trancado. Se os delegados entendem que existe alguma relação ao fato de o Lourival ter sido assassinado aqui na região de Brasília, se esse crime teria alguma coisa a ver com as..., se entendem que há algum elemento. Não sei se acompanharam parte disso.

Muito obrigada, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou passar a palavra, pela ordem das falações, para as considerações dos convidados. Sra. Zulmira, inicialmente.

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Em relação ao desaparecimento do Sérgio Leonardo, ele não foi só o único a desaparecer em Porto Nacional. Um ano antes de o meu filho desaparecer, e segundo o Lourival, quem pegou foi o Pedro Izar. Desapareceu uma criança e ela foi com... O Pedro Izar afirma que o meu filho é voz na cidade, que meu filho morreu afogado. Isso nunca aconteceu. Agora, assim, a outra criança, sim, porque a mãe morava próximo do rio. E foi encontrado na Argentina.

E quando coloca a questão da Arlete, aqui eu tenho um dossiê. A Arlete foi a maior traficante do Brasil. Foi presa por 2 anos no Brasil. Aqui está o dossiê e vou entregar. E a Arlete foi presa uma vez na Argentina em 86. Segundo a Ivanise, nessa época era o Dr. Edson Asevedo, que era namorada, eu não posso dizer de qual deles, era minha vizinha também, trabalhava na cooperativa... Aqui está o depoimento dela. Eu não falei dela. Realmente eu fiquei um pouco nervosa. Ela afirma que... A Ivanise Quirino afirma que o Marcos Molitor e o Pedro Izar tinham casa, acesso, na Argentina. E essa criança que desapareceu, desapareceu e apareceu na Argentina, a polícia também não investigou, porque era difícil. Aí, o meu caso já foi o segundo.

Depois, em relação ao Lourival, ele não foi preso, Dr. Edson, por causa de mandado judicial, não. Foi por um milagre de Deus. Por causa disso aqui, ó: Virgem Maria. Joelho no chão. Meu joelho é roxo de pedir a Deus. Ele apareceu do nada, lá em Porto Nacional, num bar. Eu mostrava a foto do Lourival pra todo mundo. Andava com a foto... Não tinha foto dos meus filhos na minha carteira, mas do Lourival eu tinha. E aí me falaram: "*O Lourival está num botequinho, lá no mercado.*" Fui no Dr. Edison, porque não era mais o Dr. Edson Asevedo. Era o Dr. Edison Parente. E o Dr. Edison Parente disse... foi, prendeu, mas não foi mandado judicial, não. Foi porque ele apareceu. Aí, ele ficou preso. Só que no momento que ele falou, eu questionei pra ele: "*Uai, por que você desapareceu 5 anos?*" Ele falou: "*Olha, eu fui baleado nas pernas. Quando o Dr. Edson Asevedo me falou que eu tinha que ir pra São Paulo, eu fui baleado.*" E eu pedi ao Sr. Dr. Edison Parente que investigasse



esse caso. Ele disse que tirou as balas bem aqui em Samambaia — é Samambaia? —, aqui em Brasília, no hospital. Eu pedi, sim, pra o Dr. Edison Parente. Tem como o senhor confirmar se é verdade ou não.

Quando o Lourival saiu da cadeia, 15 dias antes, o meu esposo também foi baleado pelo sobrinho dele, o Jorge. Uma briga de bar, que até hoje eu não engulo essa briga de bar. E, aí, o Lourival disse que tinha sido baleado. Não investigamos esse caso, de jeito nenhum. Outra coisa que eu não acho que é coincidência — não sei —, mas, quando o processo voltou pro Dr. Edison Parente, pra ele cumprir a diligência, eu imaginava... eu rezo todos os dias pra encontrar os três. Que me falaram dia 27 de maio que o Lourival tinha sido morto, eu pensei que era recente. Quando eu peguei o processo, foi no período que o processo... era pra ser cumprida a diligência. Não sei se foi coincidência, mas ele foi assassinado. A única testemunha... que ele deixou de ser testemunha e passou a ser cúmplice.

Então, eu concordo de todas as dificuldades. Eu tenho nove filhos. Cinco que Deus me deu — o Leonardo é o terceiro — e quatro que Deus me deu pra eu criar. Sei do que eu já passei, mas eu nunca deixei de cumprir minha obrigação de mãe. Agora também sou professora. Eu nunca deixei de cumprir minhas obrigações. Eu faço... A gente tem que fazer o impossível. Vocês fizeram o possível, mas precisou o impossível, porque meu filho não apareceu. A Arlete... Quando o Lourival fala da questão da fazenda, eu não conhecia a história de Arlete. Aqui é uma fazenda. Há uma fazenda onde a Arlete e Carlos Cesário roubavam as crianças do norte do Brasil, de Santa Catarina. E aí? Foi presa 2 anos, e saiu. Estou deixando isso aqui na Comissão.

Por que eu voltei depois de 17 anos? Devido a esse grupo de jovens de Israel, que hoje descobriram que vários têm a adoção falsificada. E aqui estão as certidões. Inclusive um entrou em contato com essa mãe aqui, que se diz mãe, só que ela era funcionária da Arlete. E ela disse que ela, às vezes, dava o documento dela pra Arlete Hilu, e, aí, lógico, falsificava. Aqui está.

Então, essa questão de o Lourival ser preso, como o senhor diz, não foi pelo mandado judicial. Realmente. E por que o Pedro Izar, como advogado, constituiu sete advogados? Se ele não devesse... Ele é advogado. Mas ele teve sete advogados. E, outra coisa, eu vejo que a Polícia Civil, Dr. Edison Parente... Porque a



fase mais importante estava na sua mão. Houve, sim, omissão lá dos detalhes. Mas, porém, houve desídia tanto do senhor, enquanto delegado, quanto da Procuradoria. Foram 10 anos pro meu processo ser arquivado. De 97, ele foi arquivado, porque eu era leiga, achei que tinha sido arquivado naquele momento, ele foi arquivado em 2006. Então, 10 anos pra se cumprir diligência e não cumpriu, porque faltava recurso? No Tocantins? Será como vai ficar o nosso Governador? Porque é o atual, né, quando o senhor era delegado. O recurso que ele trazia, como que ficou a segurança? Acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dr. Edson.

O SR. EDSON ASEVEDO SOARES - Olha, primeiro falaram omissões. Eu, como eu, na primeira parte da minha fala, já expliquei, veja bem: eu volto a repetir, eu admito que naquela época eu não tinha condições de atender todas as ocorrências a contento. Isso aí eu admito sem nenhum... sem nenhum medo, assim, de... porque realmente existia... A situação lá é precaríssima, pelas condições que eu já expliquei. Então, não é só esse caso, não. Vários outros ficaram. Não foi só esse caso. Vários outros casos ficaram, ficaram sem solução, porque eu não tinha condições de diligenciar da maneira que devia. Não é só esse caso, não. Ficaram vários outros. E até hoje se pode verificar, por essas delegacias aí, vários casos ficam, e naquela época com muito mais razão, porque, volto a repetir, era humanamente impossível atender todos os fatos, pelas razões que eu já falei na primeira parte.

Agora, sobre o problema do afastamento do caso, Deputada, é o seguinte: eu não fui afastado do caso, eu trabalhei até o final de 1988. Quando foi instalado o Estado do Tocantins, eu fui convidado pra ir pra Miracema, então a capital provisória. Na primeira semana eu fiquei em Miracema, inclusive tinha sido convidado para ocupar um cargo de direção da Polícia Civil. Mas, nessa primeira semana, aconteceram tantos casos desagradáveis no âmbito administrativo que eu e outros colegas que estavam na região, que pretendíamos ficar no Tocantins, porque eu sou do Tocantins, sou natural de lá, sou natural de lá, inclusive a minha esposa é delegada de política lá em Palmas. Então, a minha residência — está lá, com meus filhos — é em Palmas. Eu sou de origem... Meus pais eram fazendeiros lá no Tocantins, na época, norte de Goiás. Então, da minha herança, eu mantenho



uma pequena propriedade rural lá, minhas raízes são todas no Tocantins. Então, a minha intenção era de ficar no Tocantins. Mas infelizmente, em razão desses fatos desagradáveis, de ordem administrativa, que a gente não era respeitado, eu e outros colegas dissemos: *“Mas o que nós vamos ficar fazendo aqui? O que nós vamos ficar fazendo aqui” Desrespeitados, sem*” Aí, optamos e falamos: *“Não, nós não vamos ficar no Tocantins. Nós vamos voltar pra Goiás”*. E isso aconteceu. Foi por essa razão aí. Eu saí em razão disso aí, não por afastamento.

Sobre essas pessoas — Pedro Izar, Molitor e Lourival —, eu confesso a vocês que eu não me lembro quase nada disso aí, certo? O decorrer do tempo, não lembro. A Dona Zulmira fala que eu teria orientado esse Lourival a procurar o delegado em São Paulo. Isso eu não me lembro de jeito nenhum, certo? Isso aí... Eu fiz alguns contatos em São Paulo, tem um dos depoimentos aí, surgiu uma testemunha, na época, eu não me lembro nem o nome, falando, dando uma informação, que esse criança estaria em São Paulo, num determinado endereço e tal. E aí eu entrei em contato com o delegado de lá da cidade, também não me lembro o nome mais dessa cidade e tal, entrei em contato com o delegado, falei: *“Olha, tenho essa informação aqui. O que você pode fazer por mim? É um caso grave, urgente”*. Ele falou: *“Não, eu vou, eu vou ...”* Ele se interessou muito e tal. Eu passei as declarações dessa pessoa pra lá, ele fez uma diligência, fez uma busca no endereço. Depois ele me ligou chateado, e falou: *“Olha, era falsa, informação falsa. Eu estou numa situação complicada para justificar para a família que morava lá a razão desse anúncio.”* Então, ele me ligou chateado. Que eu me lembre, disse a ele, mas encaminhar o Lourival pra São Paulo para ser acareado ou para fazer qualquer diligência, se a responsabilidade da investigação era minha? Eu não estou dizendo que ela não... Mas eu acho estranho e não me lembro disso aí. Lamentavelmente, eu... Agora, sobre essa pessoa da Arlete, também eu não me lembro deste nome, não me lembro de forma nenhuma desse nome que foi citado. Então, infelizmente não tem como, porque eu não me lembro desse nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dr. Edison, para as suas considerações.

O SR. EDISON DE SOUZA PARENTE - Como eu declinei anteriormente, eu fui designado para prosseguir nessas investigações pela Portaria 367, de 1997, do



dia 21 de maio de 1997, quando já havia transcorrido 10 anos. Dentro das possibilidades que a Segurança Pública me proporcionou, as diligências foram levadas a cabo. Infelizmente, pelos motivos já expostos, nem todas puderam ser realizadas. Algumas foram realizadas sim.

Com relação à pergunta da nobre Parlamentar, eu gostaria de dizer que os 3 indivíduos — o Pedro Izar, o Lourival e o Roberto Molitor foram denunciados pelo então promotor de Justiça Clenan Renault de Melo Pereira, hoje Procurador de Justiça do Tocantins, após esse inquérito ter sido concluído, em 1990, pelo então Delegado Regional Dr. Rui Moreira. Então, foi de ofício do próprio representante do Ministério Público a representação pela prisão preventiva já quando da denúncia, e não partiu da delegacia de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais algum Deputado gostaria de fazer alguma consideração? *(Pausa.)*

Eu queria só cumprimentar aqui a Sra. Zulmira, que, na condição de mãe, tem se desdobrado no sentido ainda de esclarecer os fatos, talvez motivada pela esperança ainda de poder encontrar o seu filho desaparecido.

Eu fiz parte da oitiva que ouviu o Sr. Pedro Izar lá em São Paulo. E ele foi muito lacônico. Disse ele que não tinha nada a ver, que não sabia, que era apenas um vizinho, que os boatos que corriam eram o de que essa criança tinha sido... desapareceu, porque há possibilidade de ter se afogado e coisa do gênero, coisas que ele ouvia por lá, mas nenhuma participação.

Eu pergunto pra senhora, por tudo que senhora já investigou — eu acho que a senhora já investigou mais do que toda a polícia do Tocantins junta, com todo o respeito aos nobres delegados. Realmente é difícil, por mais... eu sou do interior, sou de uma região da Amazônia tão carente quanto o Estado de Goiás e o Estado de Tocantins. Sou do Pará, sei das dificuldades logísticas e materiais para o bom funcionamento do serviço público em geral, em especial da atividade policial, mas realmente mais de 15 diligências sem cumprimento é uma coisa assustadora. Aí não precisa... É melhor fechar a polícia, não precisa... É a diligência que pode esclarecer, que pode aprimorar a investigação, que pode elucidar, contraditar fatos ou versões, enfim, é parte, eu diria, estruturante do inquérito, principalmente em situações estranhas e supostamente, repito, envolvendo interesses poderosos.



Tráfico de pessoas no Brasil não é uma atividade barata. Ele implica verdadeiras organizações criminosas. Esta CPI já tem absolutamente um conceito sólido sobre isso. Sem a diligência, sem a investigação, é muito difícil. Na verdade, é uma omissão do Estado, eu diria até uma certa cumplicidade não dolosa acerca desses fatos.

Eu pergunto à senhora, Dona Zulmira, por tudo o que a senhora já investigou: a quem a senhora credita a responsabilidade pelo suposto sequestro do seu filho? Só um minutinho para eu concluir. A senhora anote aí, depois a senhora... desse menor.

Bom, outra coisa que eu queria... me causou... *(Pausa.)*

Eu queria perguntar também aos delegados, que foram limitados pelas condições, o Delegado Edson, por exemplo, reiterou, até admitiu uma certa impotência por conta da ausência dessa estrutura de veículos e estrutura funcional para exercer a sua atividade no caso, e em outros casos também, segundo ele. Mas, pelo que o senhor já acompanhou desse caso, eu queria saber também, da sua parte, qual é a sua conclusão sobre isso, ainda reconhecendo as limitações.

Mas o senhor manipulou, *(ininteligível)* ouviu as pessoas ou algumas pessoas. Que impressão o senhor tem sobre esse desaparecimento? A que conclusão, ainda que não tenha concluído pela prova ou pela... dos supostos envolvidos, eu queria saber, diante desse pranto incontido da mãe, diante de tantas contradições desse processo, a quem o senhor deposita a responsabilidade por este fato, que estava sob a sua alçada de qualquer forma? O senhor era a autoridade que representava o Estado para investigar o desaparecimento de uma criança nessas circunstâncias, aí recheada com todos esses depoimentos que já foram dados aqui.

Aqui, nós temos uma informação sobre o Marcos Molitor. Por que o Marcos Molitor não foi ouvido, não prestou depoimento? Por que não foi decretada a sua prisão preventiva? O inquérito revela que houve 11 providências adotadas pelos investigados para se esquivarem do recebimento das intimações — mudança de endereço, mudança de advogado, apresentação de atestados médicos suspeitos. Isso está no inquérito.



Eu pergunto — uma clara e criminosa procrastinação, burlando a boa-fé do Estado e da autoridade policial — por que que não foi decretada a prisão preventiva desse cidadão para que ele pudesse prestar os esclarecimentos que o Estado, na figura dos nobres delegados, pudesse, no caso do delegado Edson Soares, em relação a esse cidadão, que tem uma participação, é peça fundamental, é peça-chave o depoimento e a manifestação do Molitor, na pergunta que eu queria que o senhor pudesse nos esclarecer. *(Pausa.)*

Eu queria perguntar também para o senhor se o senhor confirma, Dr. Edson Asevedo, no caso desse Lourival... O Sr. Lourival sempre foi defendido por defensores dativos no inquérito, já que ele manifestava a impossibilidade de contratar um defensor, um advogado. E, depois de ter sofrido a emboscada, ele foi defendido pelo mesmo advogado do Sr. Pedro Izar e do Sr. Marcos Molitor.

Como é que o senhor analisa essa situação dele? Sobre essa alteração na defesa do Lourival, que era a principal testemunha do caso, o Sr. Lourival? Então, isso me causou uma certa curiosidade dessa mudança de comportamento da defesa dele. Quer dizer, havia alguma relação entre o Sr. Lourival e os interesses do Sr. Pedro Izar e do Sr. Molitor nisso? Pode-se especular nessa direção? A minha especulação é esta: que ele vinha sempre declarando a impossibilidade de contratar advogado, tendo advogado dativo. De repente, o advogado do Sr. Pedro Izar passa a fazer a defesa, depois de ele ter sido... É, no mínimo, estranho.

Ao Delegado Edison Parente eu queria perguntar também sobre a conveniência, pelas mesmas razões, por que não houve a decretação da prisão preventiva do Sr. Marcos Molitor. Pelas mesmas razões, ele se esquivou várias vezes de se apresentar, de comparecer. E o nosso Código Penal e o Código de Processo Penal indicam remédios para esse tipo de procedimento, não é? Quando flagrantemente um dos envolvidos apresenta resistência deliberada, 11 vezes chamado, e não comparece.

Então, eram essas as questões. Eu queria pedir os esclarecimentos dos senhores, se fosse possível.

D. Zulmira.

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Srs. Parlamentares, realmente todas as evidências, todas! Todas estão nesse processo. Ela foi buscada por essa



mãe desesperada, porque, se eu não fosse atrás de nada disso aqui, nada disso aqui existiria. Eu tenho um ditado. A minha avó tem 100 anos, sábia. E ela sempre falou: *“Quando você cala, você consente.”* Todas as evidências, sim: Pedro Izar, Marcos Roberto Molitor e o Beto, que, por 25 anos, se deu como morto. Está vivo, com dois filhos morando em Assis. Essa é a pessoa-chave que deve estar aqui. Por que o Pedro Izar e o Marcos não foram presos? Por que o Pedro Izar e o Marcos não foram ao depoimento? O Pedro Izar mesmo disse, no dia 4 de julho: *“Essa mulher está procurando um pai para o filho dela, um homem que tem dinheiro, um homem rico”*. Ele falou isso. De fato, o Sr. Pedro Izar é advogado, rico, pessoas tradicionais do Jaú. Teve um irmão, por cinco mandatos, Deputado Federal e tem, sim, um sobrinho Deputado Federal aqui.

Então, este é o motivo: pessoa influente, pessoa que tem dinheiro. E eu não tenho dinheiro. Então, a minha família não é família tradicional, com eu falei para vocês. A minha família, sim, é Jesus, Maria e José. Aqui eu vou deixar o Pedro, o Marcos, o Jorge e o Beto. Senhores, a minha esperança é encontrar os quatro aqui, para que eu possa olhar nos olhos deles, porque, se eles não compareceram, se eles se calaram, se o Pedro Izar gastou dinheiro com sete advogados, é porque ele tem culpa no cartório. Isso, sim, está nítido, não precisa nem de explicação. Agora, por que a Justiça trabalhou com desídia para que o meu processo fosse arquivado, que o Estado omitiu, eu digo para vocês, eu ouvi quando eu entrei: *“O seu processo está arquivado, perante a Justiça não vamos fazer nada”*, mas, enquanto eu estiver viva, vai, sim, fazer, porque eu acredito em Deus. E só Deus vai me dar esse milagre. E esse milagre vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. A senhora já terminou?

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Só a questão da acareação. Eu deixo aqui a solicitação dessa acareação, porque já era para ser cumprida há quantos anos? Há 17 anos, essa acareação. Então, eu quero, sim, essa acareação entre o Pedro Izar, Marcos Roberto Molitor, Jorge Luiz e Matheus e o Beto, que eu acho que é o Roberto Molitor. O último endereço que eu encontrei foi do Beto. Está aqui. Telefone, residência. Não mora em Apucarana. Como eu coloquei muitas vezes para o senhor, Dr. Edson, ele está vivo, Dr. Edson, mora lá em Apucarana.



Mas ele não mora em Apucarana. Como o Marcos, vive mudando de endereço. Mas todos estão morando em Assis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Obrigado. Dr. Edson.

O SR. EDSON ASEVEDO SOARES - O primeiro questionamento seria sobre qual conclusão que fazemos sobre esse desaparecimento. Infelizmente, eu não posso opinar, não, o que pode ter acontecido. Isso aí a gente, quando investiga, não cabe ao delegado fazer juízo de valor. E mesmo porque até o ponto que eu investiguei, eu não tinha convicção sobre alguém que teria raptado. Surgiram várias informações. Surgiram várias informações, porque, quando acontecem esses casos, infelizmente as pessoas... A pessoa quer investigar, quer apresentar uma conclusão para aquilo ali. Então, surgiram vários comentários, não é? Vários comentários. Mas averiguar não tinha sustentação, certo? Então, até onde eu fui, não tem como eu dizer: *Está mais provável que seja fulano*. Isso eu não poderia, porque seria leviano da minha parte eu fazer isso.

Agora, sobre esse Marcos Molitor, Lourival e Pedro Izar, isso aí eu volto a repetir que eu praticamente não me recordo disso aí. Esse caso de não comparecer advogado, eu não me recordo. Sinceramente, eu não me recordo. Isso aí é eu confesso que eu não me recordo. Eu nunca fugi da responsabilidade pelos meus atos, certo? Isso aí é uma coisa que eu aprendi com os meus pais. Só que talvez a solução, na época, talvez, a situação era tão carente lá, naquela época, perguntam assim: *“Por que você, então, não abandonou a delegacia? Não abandona?”* Talvez fosse uma questão. Mas a situação era geral, isso aí. Corria a chefia, a situação era caótica. Então, poderia, talvez não... *Para não ter complicação futura, eu vou abandonar isso aqui*. Mas eu acho que querer jogar, falo por mim, a responsabilidade por isso aí só em cima do delegado, eu acho que é simplificar as coisas, porque o Estado... Se agora nós temos nós temos muita dificuldade. Eu estou afastado, em razão de licença médica, como eu já falei da cirurgia que fiz, mas eu sou delegado regional em Porangatu, cidade de Goiás. Lá são 15 Municípios. Eu, depois dessa cirurgia, já entrei com requerimento da aposentadoria porque, em razão da minha idade e dessas cirurgias pelas quais passei, eu sinto que não tenho mais condições, em razão da precariedade em Goiás, certo? Eu não sei... Sei, por



alto, lá do Tocantins, porque, como eu já disse, a minha esposa é delegada lá, sei que a carência parece que lá ainda é maior do que em Goiás.

Mas eu estou desistindo porque na minha idade, se eu trabalhar numa situação tão precária como está, veja bem, 25 anos atrás, imagina hoje, e a gente ainda está numa situação precária, que eu estou estressado em razão..., não tem condições. Eu acho que a Polícia não é valorizada, a Polícia Judiciária não é valorizada como deveria ser. Certo? Todo mundo vai empurrando para frente, os problemas para frente.

E cito um caso. Pouco tempo atrás, lá em Porangatu, veja bem, eu era regional, minha função é de ordem administrativa, eu tinha que administrar a Polícia nos 15 Municípios, mas, em razão da carência, eu presido inquérito, faço investigação, faço diligência. É tanto que uns 2 anos atrás, eu fiquei 21 dias no ar, trabalhando. Certo? Então, não quero, não estou aqui para justificar. Mas, aí, eu acho que vocês, os senhores aí, desculpe-me, os senhores aí, como Deputados, eu acho que podem fazer alguma coisa para melhorar. Eu estou saindo porque, eu estou, como se diz, eu estou jogando o chapéu, porque eu não suporto mais trabalhar em tão precárias condições.

A gente se sente mal, porque as pessoas, os familiares, o caso, quando é de desaparecimento ou homicídio e tal, os familiares da vítima, quando a gente não consegue, tudo é malhar em cima da Polícia, do delegado, e tal. Então, é uma situação desgastante demais. Eu cheguei à conclusão, eu falei: *Não dá mais, eu não...* Se o Estado não dá condições, eu não vou terminar os meus dias arreventado, doente, ou até perder a vida em razão de problemas. Então, eu não estou justificando, não. A minha responsabilidade eu assumo, certo? Eu volto a repetir isso, mas o problema é o seguinte. Eu acho que seria uma oportunidade de os senhores aqui, como Casa de leis, tentarem mudar, tentarem mudar alguma coisa, porque realmente há carência.

Se eu falhei, tudo bem. Eu não estou aqui para jogar a minha responsabilidade para cima dos outros, não. Mas eu falo é até em questão de problema futuro, para melhorar a segurança neste País. Se eu falhei, eu assumo a minha responsabilidade. Mas, agora, jogar só a responsabilidade para cima do delegado e deixar a coisa perdurar como está, é complicado. É complicado,



realmente. E, se continuar assim, a segurança pública neste País vai continuar do mesmo jeito, ou até piorar. Então, eu estou saindo, estou saindo, mas sou muito grato pelo período em que eu fui delegado do Estado. Foi através desse meu cargo que eu constituí família, que eu criei meus filhos. Os meus filhos já estão em fase de... Eu tenho três filhos, os dois mais novos já estão cursando faculdade. Então, eu agradeço. Eu sou grato pela minha família. Mas sofri, sofri demais, muito, muito. Sofri muito, principalmente na época em que eu estava no norte do Estado de Goiás, porque eu não tinha hora para trabalhar. Então, eu só queria falar isso. Desculpa se eu extrapolei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu compreendo e, inclusive, tenho que reconhecer que os seus argumentos são com relação às condições do exercício da atividade policial e outros serviços públicos em geral. Agora, nós não estamos aqui para tratar disso. Nós estamos aqui para tentar ver como é que esse processo andou e, felizmente ou infelizmente, o inquérito policial, depois de uma denúncia, é peça inicial pela qual se investiga o caso, principalmente em situações complexas.

Então, não há como cobrar de outro ente do Estado que não seja do servidor público que está à frente do inquérito policial, que, no caso, é o delegado. Está certo?

Claro, aí há o Ministério Público, há depois a fase do processo judicial, a Justiça. Todas essas instituições têm problema. Como há problema aqui nesta Casa — Deputado corrupto, Deputado cassado. Agora mesmo está sendo cassado um. Eu espero que seja o mais rápido possível, pelas razões aí que estão expostas.

Mas, enfim, nós não podemos é justificar situações. Eu sei que não é o seu caso. O senhor não está justificando nada. Mas nós não podemos... Se for assim, nós vamos ter justificativa para muita coisa e não operar. Quer dizer, há uma criança que desapareceu. O processo é eivado. E olha que nós estamos aqui com as peças mais importantes. Ninguém se dedicou, como é da obrigação dos senhores de se dedicar a conhecer com profundidade, até porque os senhores ali estão operando.

Nós aqui, quer dizer, no caso do... A emboscada que vitimou o Lourival em 87, 88. Logo em seguida, o Lourival, perante a Justiça, nega boa parte dos depoimentos que deu na Polícia, depois dessa emboscada. Quer dizer, não há uma



conexão nisso? Olha, pode até não haver, mas a tendência não é essa, para qualquer leigo. Isso aí parece... Não é? Qualquer leigo... O sujeito vinha mantendo uma linha de comportamento diante do caso. Aí, de repente, sofre uma emboscada. E, aí, na Justiça, já muda completamente a coisa, inclusive protegendo..., pelo que eu li aqui, as peças que eu li, já protegendo o Pedro Izar e o Marcos Molitor, negando, inclusive, indícios que tinha afirmado no inquérito policial, tendo o seu defensor o mesmo defensor do Pedro Izar e do...

Quer dizer, delegados, eu não sou delegado de polícia, mas me parece que isso é uma materialidade farta, para mostrar uma relação de promiscuidade nessa história.

Olha, eu estou lendo isso de ontem para hoje. E li um pouco antes do depoimento do Pedro Izar, porque eu tive a oportunidade de participar junto com o Deputado Pedro Severino e a Deputada Flávia, lá em São Paulo. Mas, quer dizer, isso é quase claro como a luz do dia. Entendeu? Não é preciso grande esforço.

Então, eu fico aqui, confesso para os senhores, fico consternado com todo o depoimento sobre o problema da Polícia do Tocantins, que não é diferente da Polícia do Pará, não é diferente da Polícia de Mato Grosso, não é diferente da Polícia da Paraíba, do Deputado Padre Luiz Couto, que conhece bem esse negócio de polícia, porque já investigou muita coisa lá também e continua investigando. Não é diferente. Agora, as coisas aqui são muito... Parecem-me, desculpe se eu estiver exagerando, mas me parecem muito óbvias, muito claras.

Agora, qual é o grau de envolvimento, de promiscuidade, de compadrio, aí, é o trabalho dos senhores, como investigação policial, que tem que revelar isso. Os senhores são pagos para isso, como nós somos pagos aqui para legislar, para fiscalizar. Estão lá as nossas competências todas no ordenamento jurídico.

Então, quer dizer, eu saio daqui já frustrado, diante dos depoimentos a que eu tenho assistido aqui de coisas tão absolutamente flagrantes ou quase flagrantes e que a gente sai daqui sem... Os senhores não se lembram de nada, não sabem de nada, não perceberam nada.

Bom...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu agradeço a sua... Só para que o Dr. Edison possa concluir as perguntas que eu fiz e passo, em seguida, ao Deputado Luiz Couto.

O SR. EDISON DE SOUZA PARENTE - Como eu afirmei anteriormente, esse inquérito, a princípio, nos primeiros 10 anos, não foi presidido por mim. E a denúncia e pedido de prisão preventiva, esses fatos foram... A prisão preventiva foi requisitada pelo Ministério Público e não pela autoridade policial de nenhum deles, quando se referem a esse Roberto Molitor. De nenhum deles foi feito pedido pela delegacia de polícia e, sim, pelo representante do Ministério Público. Volto a dizer também que esse inquérito não esteve por mais de 10 anos sob a minha presidência, porque realmente eu tive a portaria em maio de 97 e, em 2000, eu fui transferido de Porto Nacional. Estive anteriormente fazendo diligências, mas quando o delegado regional era o Presidente do fato em Porto Nacional, que era o Dr. Rui Moreira. E quanto às diligências que foram ressaltadas aqui, de que nenhuma foi cumprida, a própria Zulmira foi ouvida por mim no dia 12 de junho de 97. Está aqui o depoimento dela aqui: 12 de junho de 97, assinado por ela, cumprindo a cota do Ministério Público. Acredito que está aqui clara a cópia com a assinatura da mesma.

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Ainda não, senhora. Nós estamos ainda... Vamos ouvir aqui o Padre. A senhora vai ter oportunidade de falar ainda no final.

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Tá bom.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, eu queria parabenizar duas mulheres que, mais do que desesperança, a senhora é uma pessoa cheia de esperança, cheia de fé e, por isso, está nessa caminhada, porque a senhora colocou que foi a fé que lhe deu toda a força para que a senhora pudesse continuar nessa caminhada. E um dos Salmos que nós rezamos diz assim: *“E quem chora, hoje, amanhã se alegrará. E quem espera em Deus nunca vai se enganar”*. E eu tenho certeza de que, tanto a senhora como a Deputada Dorinha, também, que fez esse requerimento, porque ela tem a consciência de que ali houve — não estou acusando o delegado tal —, mas houve um pacto de cumplicidade da política com a Justiça e com a Polícia.



É claro que a Polícia, ela, muitas vezes... Como disse o delegado, ele estava lá e foi retirado, foi transferido. Às vezes, há interferência, muito, do poder político, nessa questão. E, aí, pela história que foi contada, de um dos acusados, a relação política profunda que tem e que... Então, nesse aspecto, eu queria dizer, D. Zulmira, que a senhora está à busca da justiça e da verdade, essa verdade que não se cala, porque a senhora não quer deixar que a memória do seu filho, que foi raptado, possa morrer, porque, no momento em que isso acontecer, a senhora, mesmo respirando, a senhora estará morta, porque perdeu essa esperança. E eu tenho a certeza de que a senhora vai continuar nessa caminhada.

Eu vejo que o momento é de que nós possamos, sim... Acho que a D. Zulmira levanta a questão de que essas pessoas que estão vivas, porque o Lourival foi queima mesmo, sabia muita coisa, e foi... Disse: *“Vamos calar a boca desse aqui”*. Porque, mesmo ele desdizendo muitas coisas na Justiça, mas sabia, e, a qualquer momento, ele poderia fazer com que se arrependesse daquele momento de desdizer e pudesse trazer à tona a verdade do que aconteceu.

Eu queria dizer que é importante que nós possamos ouvir, porque não sei se... A questão do Beto, do Molitor. Tem muita gente monitorando, para que essas coisas não venham à tona. Há um monitoramento, e até um deles, dois deles têm o nome de monitor, não é?, aquele que monitora para que a verdade não venha a aparecer. E o delegado Pedro disse o seguinte: *“Olha, eu estou querendo me aposentar, porque...”* Ou seja, delegado lá que não tem as condições para investigar. Hoje não se investiga apenas com provas testemunhais. Hoje há necessidade das provas, de usar os mecanismos de inteligência para pegar, com autorização, para que possa... Porque, naquele momento, deve ter havido conversas longas entre um e outro, para tentar impedir que viesse à tona a verdade de quem levou, de quem raptou o filho de D. Zulmira. E a D. Zulmira disse aqui: *“Eu consegui muitas provas”*. Mas não conseguiu reencontrar o filho nem ter o caso esclarecido pelas autoridades policiais e judiciais e políticas. O processo foi arquivado. Talvez, o tempo da... Isso aconteceu lá nos anos 88, não é? Enquanto nós estávamos trabalhando aqui para uma nova Constituinte no Brasil, para que fosse aquela Constituinte Cidadã, ou seja, na realidade, a cidadania não estava sendo implementada lá em Porto Nacional, com relação à vida da D. Zulmira, da sua



família e do seu filho que foi raptado. E eu tenho essa plena consciência de que a própria... Tanto a Dorinha como a D.^a Zulmira colocam alguns aspectos, quer dizer, o descaso de autoridades, a negligência, a ausência e a cumplicidade das autoridades, que deveriam resguardar o cidadão. E eu pergunto: nessa situação, quando foi que... — porque tem aqui um dado, Dorinha, que os conselhos tutelares mostram negligência nesse aspecto, e os conselhos foram criados posteriormente... Se, de fato, esses conselhos entraram, também, no processo de investigação ou também ficaram parados, não fizeram nada. É importante, também, esse dado, para que a gente possa ter. Então, Presidente, eu fico triste pelo que aconteceu, mas fico também com esperança, porque D.^a Zulmira não é uma pessoa desesperada, ela é uma pessoa cheia de esperança, de fé. Eu tenho certeza de que um dia a verdade virá à tona e aquilo que é motivo de choro, de sofrimento, de dor para a senhora um dia será motivo de grande alegria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Pois não, Deputada. A última pergunta.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É que, assim, um lapso de tempo. O Dr. Edson disse que, quando foi criado o Goiás e o Tocantins, o senhor acabou fazendo opção e foi para Goiás, em 90, 91, por aí, talvez antes disso.

O SR. EDSON ASEVEDO SOARES - Em 89.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim. O Dr. Edison Parente disse que assumiu em 97. Não é verdade. Quem é que assumiu depois da saída do Dr. Edson Asevedo? Quem cuidava do processo? Eu queria só esse lapso, que é um lapso significativo de tempo, só para esclarecimento mesmo. E, também, quando o senhor fala assim: *“Eu cumpri uma diligência, eu ouvi a Zulmira.”* Era a pessoa que menos, talvez, devesse ser ouvida. As diligências aqui, as 13 não cumpridas, elas se referiam aos acusados, na grande maioria, e nenhum foi ouvido. Então, era só saber de 91 a 97.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou passar a palavra aos nossos convidados para as suas respostas, que, porventura, ainda tenham que ser



esclarecidas, e também já para as suas considerações finais. A senhora pode usar da palavra.

A SRA. ZULMIRA GONZAGA CARDOSO - Dr. Edison, eu agradeço a presença de vocês dois, mas aqui nós não estamos, igual o Presidente está falando, de estar acusando, disso, de nada. Mas essa diligência aqui, o senhor não me ouviu. Eu fui até o senhor. Por que eu fui até o senhor? Porque o Moretti disse que tinha trancado o meu processo. Eu fui até o senhor porque eu tive uma conversa de um outro funcionário do Pedro Izar, um borracheiro, por nome, não sei se José... José, não sei... José de tal, dizendo que o Jorge, sobrinho do Isael, tinha chegado à fazenda com o meu filho nos braços e que entregou... João do Braga... que tinha entregado na mão do Beto, e o Beto pegou o voo. Então, não é que o senhor cumpriu a diligência, não. Eu fui, nesse momento, chorar para o senhor: *“Me ajude, o Beto está vivo.”* Está aqui tudo: *“O Beto está vivo, me ajude a procurar esse homem, que ele nunca veio. Me ajude a procurar, se ele é Roberto, se ele é Marco, qual é o nome dele.”* Então, isso aqui não foi cumprimento de diligência.

Obrigada a esta Casa. Obrigada, Sr. Presidente. Deputado, obrigada pela palavra de conforto. E obrigada, Professora Dorinha. E quero dizer que... Como o Pedro Izar disse, dia 4, que tudo é fantasia da minha cabeça... Não é fantasia, não. Sequestro, a gente sabe, não prescreve. Mas eu perdi o tempo mais importante da vida do meu filho. Eu ensinei tanta criança a ler... Eu não pude tomar a leitura do meu filho. Eu não estava presente quando ele estava doente. Quando o meu filho saiu de perto de mim, eu sei que ele chorou dias. E eu não pude confortar. Sei também que meu filho hoje é um homem, tem 27 anos. Eu não vou ter mais meu filho na minha casa comigo, mas eu quero abraçar o meu filho e dizer: *“Eu não te doeje para ninguém. Meu filho, eu não te dei para ninguém”*. Porque as histórias dos adotados, em Israel e na Itália, porque eu tenho amigos lá que estão me ajudando, é essa história. Aqueles advogados, que são todos advogados que fazem parte dessa quadrilha diziam isso: *“A mãe é pobre”*. De fato, quando meu filho nasceu e desapareceu, foi um ano muito difícil da minha vida. É tanto porque eu não tenho a foto dele e até a que eu tinha sumiu do meu álbum. Então, é isso.

Eu quero dizer, sim, para vocês, obrigada por vocês terem vindo aqui. E quero dizer para a bancada e ratificar que eu gostaria de estar com os quatro: Pedro



Izar, Marcos, Roberto e Jorge. E, diante de tudo isso que eu falei hoje, eu sei que quem me protege é Deus. Sei que quem já me livrou foi Deus, porque eu já disse até uma vez para vocês que foram na minha casa e me falaram: “*Você cala a sua boca senão você vai amanhecer com a boca cheia de formiga.*” Mas ninguém podia ir lá saber quem que era. O que eu fiz? Mudei de casa.

Peço a graça de Deus, mas eu vejo que eu solicito também a proteção, porque eu não vou me calar. Eu não vou me calar. E digo para vocês dois, Dr. Edison Parente e Dr. Edson Asevedo, obrigado por esses anos. Vejo que na vida nada é por acaso, nada. Mas eu perdoo vocês. E essa mesma coisa eu vou olhar nos olhos do Pedro Izar. Eu o perdoo. E digo para vocês que não sou eu que vou julgar ninguém não, é lá perante Deus. Mas nós temos consciência do que nós fazemos. Nós temos consciência do que não cumprimos, enquanto profissional, porque Deus nos dá os talentos, e os talentos são para ser multiplicados. Nós não ganhamos talentos. Então, nada na vida é por acaso. Não é por acaso que eu parei 17 anos, não foi por acaso, é porque hoje estava escrito que estaria aqui, é porque hoje estava escrito que eu estaria aqui.

Então, muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Professora Dorinha. Quero deixar um obrigada para a Dra. Flávia e para o Dr. Severino, que vi que eles foram muito firmes, quando o Pedro... Quando ele disse que era fantasia minha. Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sra. Zulmira Cardoso. Eu faculto a palavra ao nosso convidado, o Dr. Edson Asevedo.

EDSON ASEVEDO SOARES - Sobre o fator de quem me substituiu na época, foi, se não me falha a memória, o Delegado Rui Moreira. E volto a repetir, como foi mencionado aí, se não poderia ser alguma ingerência, eu afirmo com toda segurança: a minha saída de... Eu saí de Porangatu... Aliás, eu saí de Porto Nacional, primeiro, porque fui convidado para assumir um cargo na Secretaria. Depois, não retornei para Porto Nacional em razão de ter desistido de optar por Tocantins e retornar para Goiás. Então, eu posso afiançar aí que não teve ingerência nenhuma nisso aí. Sobre a D.^a Zulmira, volto a dizer que, como a senhora tem a sua fé, eu também tenho a minha. Eu sou um evangélico. Graças a Deus! Sou um evangélico, e eu confesso aqui que eu tenho a minha consciência tranquila. Se



tiver que responder por alguma coisa ou mesmo perante Deus, eu tenho a minha.... Porque eu fiz, eu me sacrificava ali. Eu fazia muito acima do que poderia se exigir de um delegado, porque um delegado sozinho fazer tudo aquilo... Eu fazia muito além daquilo que é legal ser exigido de um delegado de Polícia. Mas, volto a repetir, sou o responsável pelos meus atos. Só que eu tenho a minha consciência tranquila que eu trabalhei em Porto Nacional muito além, volto a repetir, do que se pode exigir de um delegado. Então, D.^a Zulmira, eu realmente sei, como eu já disse aqui, eu reconheço... Eu posso imaginar a sua dor, porque eu sou pai, eu sou pai, mas, infelizmente, eu não pude fazer mais naquela época. Eu não pude fazer mais naquela época, certo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Delegado Edson. Eu faculto a palavra ao Dr. Edison Parente.

EDISON DE SOUZA PARENTE- No final das minhas palavras, o que eu gostaria de dizer é que lamento profundamente a situação que ocorreu com a Zulmira, como mãe, porque sou pai, tenho filho, e meus filhos também estão expostos a essas situações. E que realmente nós não tínhamos por que ter qualquer parcialidade. E, se aconteceram falhas, elas foram involuntárias, volto a dizer, causadas pela falta de recurso humano e material.

Também gostaria de ressaltar que nesse período que eu estive em Porto Nacional, que fiz algumas diligências, quando era o Dr. Rui... É fácil fazer um levantamento junto à segurança pública. E eu acredito que nesse período de 1990 a 2000, que tenho certeza que eu estive lá, devem ter passado mais de 20 delegados lotados na cidade de Porto Nacional, nesses 10 anos. Não foram só Edson Asevedo, Edison Parente e nem Rui Moreira. Tenho certeza que foram mais de 20 delegados que passaram naquele período por Porto Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado aos nossos convidados e às Sras. Deputadas.

Vamos agora, na segunda fase da nossa oitiva, ouvir o Delegado Ademir, que é do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco. Agradeço aos senhores pela presença e pelos esclarecimentos aqui prestados à D.^a Zulmira, e nós vamos, posteriormente, na próxima reunião da nossa



CPI, abordar ainda esse assunto, para saber quais são as próximas providências que vamos ainda adotar sobre o caso.

Quero suspender por 2 minutos apenas, só para a gente poder convidar o Sr. Ademir, que é o último presente na nossa oitiva.

Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quero convidar o Sr. Ademir... *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom, vamos reiniciar nossos trabalhos enquanto a Deputada Dorinha termina de chegar.

Já está aqui conosco o Delegado Ademir Soares de Oliveira, que é do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente do Estado de Pernambuco. O caso trata de suposta venda de crianças para adoção por meio de anúncios na rede social Facebook, conforme informações que foram veiculadas pela imprensa, pela mídia de uma maneira geral. O Ministério Público de Pernambuco determinou a abertura de inquérito civil público... abertura de inquérito pela Polícia Civil para apurar a responsabilidade por uma página que fazia oferta de bebês para adoção no Facebook mediante pagamento de dinheiro.

Nós convidamos o Delegado que está afeto ao caso, designado para o caso, Dr. Ademir de Oliveira, que relata que uma mulher interessada na compra trocou *e-mails* com uma das gestantes. Ele está à frente da investigação do caso.

Então, eu quero desde logo agradecer ao Dr. Ademir a presença aqui, atendendo ao convite desta CPI, e faculto-lhe a palavra para o senhor nos prestar os esclarecimentos que achar conveniente, para que esta CPI possa, também, debruçada sobre o assunto, tomar as providências que são da prerrogativa constitucional.

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela oportunidade, Deputado Arnaldo Jordy, de podermos expor aqui nosso trabalho e ao mesmo tempo a nossa preocupação, porque crimes dessa natureza, quando são veiculados através de uma rede mundial, como é o Facebook, têm uma penetração muito grande não só dentro de Pernambuco, do Brasil mas do mundo também. A rede Facebook é uma rede internacional, de origem



americana, mas tem sua sede nos Estados Unidos e na Irlanda. No Brasil existe uma diretoria local, situa-se em São Paulo. Nós temos aqui o endereço completo. Ela é administrada no Brasil através dessa sua diretoria, na cidade de São Paulo.

Debruçamo-nos em torno do que é o Facebook, as suas relações internacionais, as suas regras de conduta, e basicamente estamos trabalhando em cima de dois casos que eu vou expor aqui sucintamente. Um deles aconteceu no mês de maio, uma veiculação feita no mês de maio, numa página — as páginas têm título — *“Conversando sobre adoção de adolescente e criança”*. Muita gente postou, acessou essa página e colocou mensagens de interesse de adotar crianças, informações sobre adoção. Mas nessa mesma página também houve uma conduta criminosa, que, no Estatuto da Criança e do Adolescente, está capitulado no art. 238, que consiste em oferecer crianças para adoção mediante pagamento ou recompensa. É um crime tipificado no art. 238, como disse, cuja pena é de 4 anos de reclusão.

Uma pessoa, agora identificada como Gabriela Maria Cavalcante da Nóbrega, já indiciada, uma pessoa de 19 anos de idade, que já tinha dois filhos, grávida de um terceiro, de uma menina, colocou uma mensagem — nós temos as páginas aqui, vou deixá-las na Comissão — oferecendo essa criança em adoção. Diante do interesse de algumas pessoas que queriam adotar uma criança, ela fez o contato, através dessa rede Facebook, dessa página que eu mencionei, e, em determinado momento dessa conversa, ela, alegando despesas de ordem hospitalar, porque a criança nasceu prematuramente num hospital lá de Recife, alegando que precisava de 50 mil reais para fazer o pagamento da UTI neonatal, disse que daria a criança em adoção, que não tinha interesse em ficar com a criança, mas que a pessoa teria que pagar essa quantia, segundo ela, Deputado, para fazer face às despesas hospitalares.

Nós chamamos uma pessoa representante do hospital, e está comprovado nos autos que todas as despesas hospitalares foram pagas pelo plano de saúde. A avó da criança, mãe da genitora da criança, tem um plano de saúde, colocou a criança como dependente e todas as despesas foram pagas pelo plano, o que deixou claro que essa Sra. Gabriela tinha o interesse evidente de realmente vender a sua criança. Mais do que isso, pasmem, ela insinua muito claramente na conversa



que há outros casais interessados, inclusive a pagar mais do que os 50 mil reais que a pessoa estaria disposta a pagar. Essa pessoa não negociou com ela preço, disse que iria ver com o marido. Essa pessoa, a Fabiana, mora na cidade de Lauro de Freitas, na Bahia. Vejam como se dá a conexão. Pode se dar em qualquer lugar do Brasil, e nós temos algumas páginas aqui de outros Estados, a exemplo de São Paulo, Santa Catarina. Então, essa pessoa denunciou o fato. Ela queria realmente uma criança para adotar, mas não queria fazer esse tipo de negociação. E, uma vez denunciada, chegou até a nossa delegacia. Foi para a juíza que lida com adoção e chegou até nós.

A criança realmente nasceu prematuramente. Eu tenho aqui algumas fotos e posso até mostrar. Essa criança nasceu de 6 meses, a Sofia, e após 2 meses e 15 dias na unidade hospitalar, na UTI neonatal, veio a falecer. Ela realmente era muito pequena, pesava apenas 1 quilo ao nascer. Veja que ela cabe quase na palma da mão da pessoa que a está segurando aqui. E após 2 meses e 15 dias veio a falecer. Bom, fizemos todo o trabalho investigativo. Ouvimos o pai dessa criança, que não sabia. Essa moça já estava com outro companheiro quando a criança veio a nascer. Ele assumiu, pagou inclusive as despesas de funeral e não sabia do nascimento da criança; como o atual companheiro também não foi ouvido.

O hospital foi chamado, ficou provado que toda despesa foi paga pelo plano de saúde, o que caracterizou realmente uma ação criminosa dessa pessoa, Gabriela Maria Cavalcanti, de realmente colocar sua filha à venda. Tanto que, logo após o nascimento, ela abandonou o hospital, deixou a criança lá e colocou a criança à venda. Esse caso já está concluído. A pessoa, inclusive, que mora em Lauro de Freitas, foi ouvida, já prestou seus esclarecimentos no inquérito policial. Esse inquérito já está seguindo para a Justiça com o indiciamento dessa mãe. É um caso que a gente já tem como concluído. Outro caso, que teve repercussão midiática maior...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Perfeito. Ela entrou nessa rede do Facebook manifestando interesse em adotar uma criança. Então, se alguém tivesse notícia de uma criança que estivesse disponível para adoção, ela estaria disposta. Foi quando essa mãe postou uma mensagem nesse sentido, mas aí com a intenção



criminosa de vender, de colocar criança à disposição para adoção mediante pagamento ou recompensa.

Eu gostaria de frisar que a nova Lei de Adoção, a Lei nº 12.010, de 2009, prevê todo o rito processual para adoção. E o que ela objetiva basicamente? A segurança do processo de adoção, ou seja, que a criança vá para uma família, seja um casal, seja uma pessoa, como a legislação permite, que tenha a condição moral, financeira, social de dar a essa criança um lar. Quando uma pessoa coloca a sua criança à disposição na rede social, como é o Facebook, ela não tem esse cuidado de verificar se a pessoa tem realmente todas as condições para adotar uma criança — todo esse trabalho que é feito nas Varas da Infância em todo o Brasil, que têm uma equipe técnica de psicólogos, de assistente social, que fazem todo esse levantamento dos pretendentes à adoção e criam um cadastro nacional, como é sabido por todos. Há todo um cuidado para proteger a criança.

Quando você coloca uma criança à venda por um meio, qualquer outro meio, mas principalmente numa rede social onde você não tem nenhum contato com a pessoa, você pode estar entregando essa criança para uma pessoa, eventualmente um pedófilo, alguém que quer fazer tráfico de pessoas, um traficante internacional, alguém que quer fazer tráfico de órgãos. É arriscado. A segurança da criança fica muito comprometida. Então, o legislador, nesse sentido, colocou no estatuto esse artigo, colocando como criminosa a conduta dessa natureza e apenando-a com 4 anos de reclusão. Por isso todo esse cuidado. E o outro caso, como eu disse, com maior repercussão na mídia local e até nacional, ocorreu também pela rede Facebook.

Vejam bem os senhores. Esse crime pode ser cometido com a simples oferta de uma criança por telefone, por carta, por *e-mail*, pessoalmente. O que se tem agora, de novo aqui, não é o crime, mas a forma como ele está sendo perpetrado, uma forma que dá uma velocidade maior, que atinge um número maior de pessoas, e aí ele pode ser mais rapidamente consumado. É essa a nossa preocupação. Nós recebemos do Ministério Público, como falou o Deputado, a denúncia de que uma pessoa criou uma folha no Facebook — precisamente com o nome *Quero Doar — Quero Adotar seu Bebê Recife-PE* —, uma página no Facebook, onde as pessoas acessam de duas formas: as pessoas que querem oferecer criança para adoção e



as pessoas que querem, que estão à procura de crianças para adoção. E vale salientar que a lei, como já disse, no art. 238 do Estatuto da Criança e Adolescente, penaliza tanto a conduta de quem oferece como a conduta de quem procura, paga, oferece recompensa por criança para adoção. Sabiamente o legislador entendeu dessa maneira. Então, essa página B — nós não temos noção exata de quando ela foi criada — *Quero Doar — Quero Adotar seu Bebê Recife-PE* foi postada por algumas pessoas, e nós já temos aqui os indícios de que houve essa conduta criminosa. Ciente do caso, a promotora — que, como é sabido aqui pelo Deputado Arnaldo, ela não veio por estar de férias, agora; está viajando, está no exterior — convocou uma reunião, nos chamou, o TPCA; chamou a juíza que trabalha com adoção em Recife, e fizemos uma reunião onde elaboramos um documento — este documento aqui (*mostra o documento*) —, que é um pedido, a gente pode dizer assim, um pedido de ordem administrativa dirigido à diretoria do Facebook no Brasil, Dr. Jobelino Vitoriano Locateli, que é Diretor do Facebook no Brasil, na cidade de São Paulo, fazendo basicamente dois pedidos: o primeiro, para que retire a página do ar, para que novas pessoas não continuem acessando essa página; e, o segundo, que nos envie cópia de todo o perfil, de todo o conteúdo do perfil que foi trabalhado nessa página.

Ou seja, todas as pessoas que acessaram a página *Quero Doar — Quero Adotar seu Bebê Recife-PE*, que eles nos mandassem — isso fica gravado lá —... que nos mandassem para que nós pudéssemos chegar até a essas pessoas. O primeiro pedido foi prontamente atendido, a página não está mais no ar, não há mais acesso a essa página do Facebook — essa página aqui, (*mostra imagem*), com a foto de um bebê. Eu tenho os originais, posso trazer, posso deixar —, aí cessou realmente esse contato, porque a página não mais existe. Mas já temos aqui algumas cópias de acesso a essas páginas. Inclusive, aqui, de uma mãe — é bem sucinto, eu vou ler —, que, no dia 14 de julho, postou a seguinte mensagem, com nome de Helen: *“Oi, gente, vim aqui contar um pouco do que está acontecendo comigo. Tenho 22 anos e tenho dois filhos, de 5 e 7 anos — 5 anos e 7 meses e duas semanas. Há duas semanas descobri que estou grávida de novo. Estou com três meses, não sei o sexo e não quero ficar com esse bebê. Moro com os meus pais, e eles nem sonham em saber que estou grávida novamente. E nem vão saber!*



O pai do bebê não sabe, também, e não vai saber. Quero sigilo.” E diz aqui: *“E quero que o casal que vai adotar o bebê se responsabilize pelas despesas que vou ter no lugar onde vou ter essa criança.”* Ela tem um *e-mail*, aqui — para acessar o Facebook, tem que ter um *e-mail* —, e ela aqui usa do mesmo expediente: ela pede, ela não faz uma oferta. É como uma forma de burlar a lei. *“Eu não estou vendendo a minha criança, mas quero que pague as despesas do hospital”*. Então, caracteriza, já, essa conduta. Outras acessaram a página também no mês de julho, procurando: *“Sou de são Paulo. Sou casada há 13 anos e não posso ter filho. Somos um casal branco e olhos castanhos e azuis. Tenho vida estável financeira. Queremos adotar um bebezinho.”* Quer dizer, uma pessoa que está procurando. *“Boa tarde. Eu sou da Bahia. Quero muito adotar um bebê. Sou casada há 11 anos e não posso engravidar. Peço, por favor, se alguém souber, me fale.”* E põe o *e-mail*. Enfim, tem algumas mensagens aqui, já encaminhadas, e o que nós fizemos: no dia primeiro deste mês de agosto, fizemos o pedido administrativo a que me referi, junto com o Ministério Público e a Juíza da Infância e Juventude que trabalha com adoção em Recife, e obtivemos da Facebook essa resposta, em inglês — embora seja no Brasil, eles mandaram em inglês —, que diz, em suma, que o nosso pedido está lá registrado, *case number 270809*, de primeiro de agosto — é uma solicitação; e que eles vão enviar essa matéria que nós pedimos. Ou seja, enviar todo o conteúdo passado na página: quem vendeu, quem ofereceu.

E, passado esse período, não veio nenhuma resposta. Fizemos então uma representação ao juiz. Nós temos lá em Recife duas Varas de Crimes contra Crianças e Adolescentes. São crimes cometidos por adulto e que têm como vítimas crianças e adolescentes. A grande maioria deles, cerca de 90%, é crime de natureza sexual, crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes: estupro, prostituição etc., mas há crimes de outras naturezas, também.

Fizemos... Por distribuição, ficou com o Dr. Edson, que é o Juiz da 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes, e ele, após o parecer favorável do Promotor do Ministério Público, atendeu ao nosso pedido, que consiste — é que a gente vai fazer uma explicação de como a gente chega a essas pessoas. Há uma certa dificuldade quando a gente trabalha com uma rede social. As pessoas, por vezes, não dizem o nome correto. Nesse caso, aqui, que falei anteriormente, da menininha,



da Sofia, a mãe colocou outro nome. Mas o que acontece é que existem mecanismos, que o Código de Processo Penal e as leis penais nos conferem a nós, delegados, promotores, que são os de poder requerer ao juiz a quebra, no caso aqui, do sigilo telemático. Isso nós fizemos. Foi atendido. O juiz já oficiou o Facebook lá em São Paulo, deu um prazo de 15 dias, e deveremos receber agora no mês de setembro todo esse material que foi passado nessa página específica. E, aí, o que nós vamos obter com isso, para nossa investigação: vemos lá todo o mundo que ofereceu bebê para adoção e todo o mundo que solicitou bebê para adoção. E, efetivamente, poderemos encontrar, aí, casos já concretos, já realizados, de venda de bebê para adoção.

Para acessar o Facebook, não sei se os senhores têm Facebook, trabalham com essa ferramenta, que é uma ferramenta importante para o relacionamento das pessoas, das famílias, das comunidades, até profissionalmente se utiliza. Nós temos vários delegados amigos, lá em Recife, que utilizam a rede, e trocamos informações também através dela. Ela tem que ter... A pessoa para acessar o Facebook tem que ter um *e-mail*. Você faz seus dados cadastrais, cria seu *e-mail*, ou já tem o seu *e-mail*, e aí, então, através desse *e-mail*, acessa essa rede social. Quando pegarmos essas informações do Facebook, nós vamos ter o nome da pessoa e o seu *e-mail*; e esse nome, eu disse, pode ser fictício, mas o *e-mail* é uma forma de chegarmos até elas.

De posse desse material, nós vamos recorrer novamente ao Juiz da Vara de Crimes e solicitar dele a quebra do sigilo telemático daqueles *e-mails* suspeitos, exatamente, e também do chamado IP, que é o *Internet Protocol*, que exatamente vai identificar de onde partiu a mensagem. É uma questão, assim, de ordem muito técnica, e nós nos assessoramos de técnicos do Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Polícia Federal, também lá em Recife, e, eu não sabia, a gente pode saber exatamente de que computador partiu uma determinada mensagem. É o chamado IP — *Internet Protocol*, que seria o que se chama no Brasil o número da conexão. Por exemplo: aqui há 50 computadores. Se passasse uma mensagem de um deles aqui, é possível, através da quebra desse sigilo telemático, chegarmos e dizermos exatamente qual foi o computador de onde partiu essa mensagem. Só existe, assim, uma forma de dificultar esse trabalho: é quando eles partem das chamadas *lan*



houses, e aí fica mais difícil. A gente localiza o computador, mas a *lan house* é acessada por dezenas ou centenas ou milhares de pessoas, e, a menos que tenha um sistema — e algumas têm — de monitoramento de vídeo, em que fique isso gravado lá, a menos que exista isso, fica bastante difícil localizar dessa maneira. Outro caminho, como eu disse anteriormente, é através do *e-mail*. Quando a gente cadastra o *e-mail*, cadastra os dados pessoais, e aí a gente pode chegar a eles, também. Então, existem esses mecanismos, assim, a nosso favor, e é com eles que nós estamos contando para chegarmos a esse caso. Esse inquérito já está instaurado, já está com esse pedido deferido na Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes e poderá gerar muitos outros inquéritos em função dessa informação que o Facebook vai nos dar.

No Facebook, que, como eu disse, é internacional, tem sede nos Estados Unidos e na Irlanda, mas tem no Brasil essa diretoria, existe uma série de critérios, de normas de segurança, existe um acesso por *e-mail* que eles estabelecem aqui para as autoridades policiais e para a Justiça. Com esses padrões, como eles chamam, de comunidade do Facebook, eles podem fornecer informações — aqui, também, a ficha cadastral do Facebook no Brasil. Tem aqui uma informação importante, que é a informação para autoridades policiais: “*Como é que nós podemos acessar, solicitar essas informações*”. O envio de solicitações tem que ser no *e-mail* oficial. Quando eu fiz, foi pelo *e-mail* da Polícia Civil de Pernambuco; e é só dessa maneira que eles nos enviam.

Agora nós já temos essa informação — já tínhamos — de que é demorada. Esse envio, eu diria que não há muito interesse por parte do Facebook em dar essas informações. Eles enviam, mas há demora. Daí nós termos partido para essa decisão de solicitarmos ao Juiz que faça por ordem judicial, estabelecendo o prazo. Esse prazo é agora, na primeira quinzena de setembro. Então nós vamos ter todo o perfil dessa página, para que possamos identificar as pessoas que praticaram essa conduta criminosa, e aí poderemos fazer vários outros inquéritos, cada um, individualizando, que é como deve ser o inquérito, a conduta das pessoas que acessaram essa página. De maneira geral, eram essas as informações que a gente tinha a dar, e nos colocamos à disposição para responder, complementar, qualquer informação que se queira aprofundar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ok. Muito obrigado, Delegado Ademir.

Eu queria só indagar, essa página no Facebook, que o senhor citou, foi a única página encontrada nessa, vamos dizer assim, varredura que vocês fizeram com a Polícia Civil... lá, nessa ferramenta, no Facebook, não é? E, pelo que eu entendi, com esse relatório que o Facebook vai apurar, por essa requisição judicial, fornecer aos senhores, os senhores vão poder mapear — está certo? — todas essas transações, ou pelo menos essas pretensões de transações, ou transações já realizadas.

E pelo o que o senhor já forneceu aí desses pequenos registros, isso não se dá só em Pernambuco. O senhor disse que tem aí, já, manifestações de Santa Catarina, da Bahia, de outros Estados do Brasil.

Então, por que eu pergunto isso: em função de que nós temos aqui investigadas várias redes criminosas de adoção, exatamente em São Paulo, Bahia, Santa Catarina. São exatamente esses... Alguns Estados que o senhor citou aqui coincidem com os casos que nós temos registrados aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. E a gente sabe que esses valores são valores praticados nesse mercado.

Eu pergunto, nessas investigações já iniciadas com esses poucos casos, se os senhores já constataram que há alguma participação ou alguma relação de qualquer natureza com as estruturas cartorárias ou judiciais, para que esse processo, vamos dizer, se legalize num tempo curto? Porque a gente sabe que o processo de adoção no Brasil não se dá com menos de 3 anos, 3 anos e meio, em média — é por aí. Então, geralmente, há um processo de legalização mais rápido, e em muitos casos, como é o caso de Monte Santo, na Bahia; como é o caso do Paraná, da mãe presa — Limiar —, nós sabemos que tem alguma participação dessas estruturas cartorárias e até mesmo de setores do judiciário, vamos dizer, facilitando, agilizando esses processos de adoção.

Eu pergunto ao senhor, na investigação presidida pelo senhor, se já tem algum elemento que possa indicar essa participação desse setor.

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Não. Nós não chegamos até esse ponto, que realmente nos preocupa muito. Mas, aproveitando, assim, a sua



indagação e essa relação do que pode essa CPI, por ser uma CPI nacional, fazer, ajudar, nos preocupa muito que, embora o *Facebook* — eu tenho aqui as normas, e vou deixar com a Comissão as normas de utilização do *Facebook* — diga aqui: “*Você não usará o Facebook para qualquer ato ilegal (...), não o utilizará para bullying — como ele utiliza aqui — (...) você não utilizará o Facebook se for um criminoso sexual condenado (...)*”... Enfim, há uma série, como eles chamam, de registros, recomendações de segurança, mas é muito fácil burlar esses registros. A pessoa pode criar, qualquer um de nós pode uma página, no grupo, no *Facebook*, e, a partir dela, sem colocar o nome explicitamente, é claro, poder adotar uma série de condutas criminosas. Chegando ao conhecimento deles, e eles têm isso nas normas, eles têm esse poder de retirar, Deputado, essa página do ar. Mas a grande dificuldade é que ele não tem verdadeiramente um poder, uma forma de controlar isso.

Como eu disse, em 2 minutos, em 3 minutos, a gente pode formar aqui uma página, e aí passar a divulgá-la, e ela ganha dimensão nacional e até internacional. Então esse controle por parte do *Facebook* não é fácil. A menos que a pessoa coloque um nome de página, uma titulação muito evidente, coisa assim como “*Eu ofereço drogas para vender. Eu ofereço maconha.*” Mas ninguém vai fazer uma coisa dessas. Quem tem interesse de burlar a lei, vai camuflar, vai colocar uma coisa assim, por exemplo... Nesse, que eu me referi do primeiro caso da menina, ela colocou: “*Conversando sobre adoção de adolescente e criança*”, e nós verificamos, nessa página, que realmente havia pessoas pedindo informação, que outras jogavam artigos da lei — da lei a que me referi e que fala sobre adoção, diziam como é o processo de adoção e tal. Mas é difícil você controlar todo o conteúdo, ainda que façam o controle sobre o nome, que possa despertar alguma coisa sobre o nome, mas o conteúdo é difícil, eles não têm esse controle. Então cria um problema, assim, difícil de resolver, difícil de controlar, os acessos são livres, não há como controlar isso aí. Agora, relativamente, assim, a essa possibilidade de uma facilitação, de uma participação, de um conluio de pessoas envolvidas, assim, do Poder Judiciário, eventualmente de creches ou de outras instituições que lidam de alguma forma com a adoção, realmente nós não chegamos ainda nesse ponto, pelo menos lá em Recife.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu pergunto: o senhor, ao receber esse material e, evidentemente, tratar das ações que o próprio inquérito e a polícia vão tomar como providência no sentido de coibir essa prática, nós poderíamos ter acesso a isso, mediante uma requisição à autoridade policial, ao senhor, solicitando essas informações?

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Perfeitamente. Perfeitamente podemos dar essa contribuição à CPI. Porque o que acontece em Pernambuco, a gente imagina, não é diferente do restante do Brasil: o acesso é da mesma maneira, a forma feita... Então, se nós pudermos realmente contribuir dessa maneira, vamos contribuir, vamos trazer para que os casos que a gente venha desvendar com essas informações, até, eu diria, para ajudar os demais colegas, delegados em todo o Brasil, que se deparem com situações dessa maneira. O caminho é exatamente esse. O Judiciário é sensível a essa... Certamente não no Brasil todo, mas, com certeza, em Pernambuco, os juízes com que nós falamos, tanto os juízes que trabalham com adoção quanto os juízes criminais, são muito sensíveis à matéria, ao interesse. Houve solicitude quanto ao atendimento deles ao pedido. E isso não deve ser diferente no Brasil. E a gente pode contribuir com a CPI, contribuir com delegados, colegas de todo o Brasil, que podem seguir esse procedimento, porque, seguramente, por esse procedimento nós chegaremos a essas pessoas.

Eu repito: a nossa grande preocupação é com o futuro dessas crianças. Vender uma criança através de Facebook, provavelmente você só vai ver a pessoa que comprou, que pagou por essa criança, uma vez, na hora da entrega. E, depois, não mais. E aí você não sabe a quem entregou, a quem vendeu aquela criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E no caso dessa Gabriela, que foi o caso concreto, e que o senhor disse que o inquérito já foi concluído, ela já foi indiciada — ela oferece o seu bebê —, eu pergunto: alguém se habilitou para pagar esses 50 mil?

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Interessante, assim que ela postou, uma pessoa da Bahia, de Lauro de Freitas, se interessou. Só que, quando ela postou, ela não falou em pagamento. E tinha uma criança...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Isso. Apenas com 19 anos de idade, ela já tinha dois filhos. Uma pessoa um tanto... A mãe é que cria, a avó das crianças. Ela não trabalha, ela é estudante. E, no terceiro filho, ela ofereceu. E, ao oferecer, no primeiro momento não falou em despesas. Veio a falar depois que uma pessoa se interessou.

Embora não apareça aqui nas páginas nenhuma outra pessoa negociando, querendo a filha dessa pessoa, de Gabriela, ela deixa bem claro que tem outros casais interessados e que até há quem se disponha a pagar mais — porque, segundo ela, a despesa foi até maior que 50 mil reais. E aí ela entrou num verdadeiro leilão da criança. Ela foi além do crime: ela colocou sua criança em leilão. E essa pessoa, diante disso aí, denunciou. Ela não está sendo indiciada porque realmente ela tinha a intenção de ter uma criança, de possuir uma criança para adoção...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Não na condição da ilegalidade, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi de boa-fé?

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - E ela nos ajudou. Ela estava de boa-fé, exatamente. E denunciou o caso diretamente à juíza, que nos repassou o caso. Foi uma forma que essa pessoa teve de querer burlar a lei. Mais ainda, ela simplesmente abandonou sua filha lá na maternidade, fugiu, deixou na neonatal. A avó é que ficou cuidando, detalhes de plano de saúde e tudo o mais. Ela apenas queria o dinheiro, nesse caso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ADEMIR SOARES DE OLIVEIRA - Não sei... Ela não conhecia, naturalmente, a pessoa, até pela distância, porque ela mora na Bahia. Ela estava oferecendo para uma pessoa que ela não sabia absolutamente quem é. Então, estava oferecendo somente pelo dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Delegado, eu agradeço a sua vinda aqui para prestar esses esclarecimentos. Para nós, realmente era uma lacuna. Nós não conhecíamos, sempre achamos muito esquisito esse paredão em torno do Facebook e de se ter acesso a essas informações, quando principalmente estão evidentes que são para fins criminosos, para fins de prática lesiva à nossa



legislação. E nós vamos ficar em contato com o senhor no sentido de, assim que o senhor possa nos oferecer esse material, até porque esta CPI vai também tentar formular — já está em curso — uma proposta de adequação da nossa legislação no sentido de tornar esse combate mais eficaz. A nossa legislação ainda é muito fluida, é muito obsoleta, até porque são fenômenos muito novos esses. Não há ainda uma massa crítica consistente em termos do nosso Judiciário. Agora é que as coisas estão começando a serem... Mas é pretensão desta CPI oferecer uma legislação mais contemporânea, mais moderna, mais eficaz no enfrentamento dessas redes criminosas, principalmente nessa questão do tráfico por adoção.

Então, nós agradecemos a sua boa vontade de vir aqui e colaborar com a CPI.

E nós damos por encerrados os nossos trabalhos no dia de hoje.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Agradeço a presença de todos.